

Escritos Libertários

2ª edição

Gabriel de Camargo

Imagem de capa:

símbolo da Escola Austríaca de Economia

Capítulos

Fundamento e justificação.....	7
I.....	7
II.....	15
Sobre a origem das sociedades políticas.....	21
I.....	21
II.....	23
III.....	29
IV.....	34
V.....	37
Referências do capítulo.....	40
Ordem espontânea e centralização de decisões.....	43
I.....	43
II.....	48
III.....	53
IV.....	57
Referências do capítulo.....	59
Valor e subjetivismo.....	63
I.....	63
II.....	67
III.....	70
Referências do capítulo.....	73
O erro dos anarquistas e libertários de esquerda.....	75
I.....	75
II.....	76
III.....	81

IV.....	84
Referências do capítulo.....	85
Poder: origens psíquicas e sociais.....	87
Sobre a origem do poder estatal.....	93
I.....	93
II.....	94
III.....	98
Referências do capítulo.....	103
As consequências da perversão do poder.....	105
I.....	105
II.....	105
III.....	109
IV.....	113
V.....	115
Referências do capítulo.....	120
Sobre mercado e relações de trabalho.....	123
I.....	123
II.....	125
Sobre democracia e legitimidade.....	133
I.....	133
II.....	138
Traídos pela confiança.....	143
Considerações finais.....	149
I.....	149
II.....	152
III.....	153

Fundamento e justificação¹

I

Forças poderosas e massas humanas influenciáveis caracterizam o nosso tempo. Nossas vidas e existências ficando à mercê de seus movimentos. Na era da informação, as pessoas aparentam estar cada vez mais confusas.

Debates intermináveis que nunca chegam a um acordo. Discussões prolixas que não levam a lugar nenhum. Veja qualquer debate. Escolha qualquer tema. Mesmo nas não tão comuns situações nas quais existe a exposição de opiniões contrárias, quando analisadas sem o sentimentalismo característico, percebe-se que advém do mesmo fundamento. O que aprovo ou gosto, deve ser feito. O que não aprovo ou não gosto, deve ser proibido. O que não entendo, nem deve ser debatido.

O que observamos nos veículos de comunicação, ou encontramos em nosso dia a dia, são apenas sintomas de

1 Para posterior aprofundamento no assunto, ver: Hans-Hermann Hoppe. **The Great Fiction - Property, Economy, Society, and the Politics of Decline**. Second Expanded Edition. Mises Institute, 2021 e Christopher Chase Rachels. **A Spontaneous Order: The Capitalist Case For A Stateless Society**, 2015.

algo mais profundo. As massas não são irracionais; vivem em uma ilusão.

Grande parte dos problemas por nós encontrados derivam da falta de um real entendimento acerca do termo “propriedade”. Seus constituintes e vertentes não são realmente compreendidos. Caracteriza-se por um fenômeno humano incompreendido por seus criadores.

Uma ética válida deve ser aplicada a todos os indivíduos, bem como ser invariável em relação ao tempo e ao lugar de aplicação.

Ser proprietário de algo significa ter direito de decisão final sobre esse algo, bem como de exclusão de terceiros. Seguindo a lógica dedutiva feita por Hans-Hermann Hoppe, tentarei reproduzir aqui a demonstração da violação ética que constitui a existência e perpetuação do estado. Iniciarei com premissas básicas e, nelas fundamentadas, passarei aos argumentos sucessivos que expandirão a ideia inicial para, posteriormente, construir a afirmação final.

Todo o ser humano nasce com, pelo menos, um direito fundamental. Se apenas um, no entanto, posteriormente saberemos. Um dos direitos possuídos por todos os seres humanos, de forma inata, é o direito à propriedade e uso

exclusivo de seu corpo. A negação dessa afirmativa não dá frutos, pois o ser mostra-se como o controlador único de suas ações, mesmo quando em resposta às exigências de terceiros, por depender de seu sistema motor.

O ser, então, é o único e exclusivo controlador de seu corpo. O ser deve ter, ao menos, o direito de propriedade sobre ele. Caso um indivíduo argumente que a afirmação anterior está incorreta, além de cair em contradição performativa, devido ao fato de você mesmo realizar o ato de argumentar, precedentes perigosos serão automaticamente abertos. Como é possível um ser agente possuir controle exclusivo e poder de decisão final mesmo não sendo o único dono? Apenas o ser, então, pode ser o legítimo dono de seu corpo.

Por ser o único e legítimo dono de seu corpo, pode utilizá-lo para interagir com o mundo que o cerca. Pode adquirir a propriedade de bens sem prévio dono e criar objetos que não antes existiam. Esses bens e objetos serão seus por direito, devendo outra pessoa possuí-los apenas sob o seu consentimento.

Se sou o legítimo dono de meu corpo e, tendo utilizado de matéria-prima desprovida de prévio dono que, por meio de minhas ações, foi transformada em novo objeto ou ferramenta, como pode ser direito de outra

pessoa, sem necessitar de meu consentimento, tomar para si o que criei? Novamente, a tentativa de negar a afirmação anterior contradiz o princípio da autopropriedade, bem como abre precedentes catastróficos para a vida em sociedade.

Minha criação, no entanto, pode não ser de ninguém. Nesse caso, tenho direito de fazê-la, mas não de ser seu legítimo dono. Pode-se pensar que não possuo esse direito, pois as matérias primas, na verdade, tinham dono prévio, sendo esse dono a própria natureza ou o coletivo da humanidade. Para a afirmação anterior estar correta, é necessário considerar que termos como “natureza” e “coletivo” não apenas contenham seres pensantes, mas sejam eles mesmo designações de seres pensantes, com capacidade de entender e exercer direitos de propriedade, o que é falso. Se criei ou adquiri de forma legítima um certo objeto, então, esse objeto passa a ser meu ou a não pertencer a ninguém de acordo com a minha decisão. Sendo seu legítimo dono, a decisão final é minha.

Pode-se, então, dizer que todo o ser humano nasce com, pelo menos, um direito fundamental, o da propriedade privada sobre seu corpo e, por conseguinte, a propriedade sobre aquilo que produz caso não haja prévio dono de seus materiais constituintes. Como

proceder, então, nos casos em que há? Como decidir entre dois seres humanos a quem pertence certa propriedade?

Quando em argumentação, presumo o outro como capaz de conversar, de entender e interagir comigo. Reconheço-o também, mesmo que implicitamente, como o único dono legítimo de seu corpo, pois, caso não o fosse, falar apenas com ele não seria suficiente, pela existência de outros donos. Pode-se, então, pensar na existência de mais de um dono, com propriedade compartilhada, mas isso contradiz o raciocínio dedutivo anteriormente exposto, devendo, então, ser rejeitado como não válido.

Sabemos, então, que o ser humano nasce com, pelo menos, o direito legítimo e exclusivo sobre seu corpo e sobre o que cria por meio do uso de matérias primas sem prévio dono. Que, por ser um ser humano e poder argumentar com outros de sua espécie, também reconhece que eles possuem os mesmos direitos. Reconhece, então, que bens podem mudar de dono caso haja consentimento entre as partes relevantes, não necessitando aprovação dos que não possuem seu legítimo direito de propriedade. Por conseguinte, reconhece que não pode apenas tomar o que não é legitimamente seu, pois isso constituiria violação de direitos inatos a todo ser humano. Também percebe que não pode, simplesmente, se intitular dono de outro

indivíduo, pois o indivíduo possui direito de controle e posse exclusivo sobre seu corpo. Das afirmativas anteriores, deriva-se a ilegitimidade do roubo, do furto, do estupro e da escravidão.

Deriva-se, ainda, do anteriormente exposto que um indivíduo não pode simplesmente matar alguém, pois o corpo, de propriedade legítima do outro, não o pertence. Pode, contudo, utilizar de sua força para repelir ou impedir ataques aos quais outros o sujeitam. Logo, deduz-se a violação ética do assassinato e a validade da legítima defesa.

Ampliando a conclusão, outro indivíduo, quando em dinâmica de troca, com termos sabidamente falsos, viola os direitos alheios de propriedade, por meio da fraude.

Sabemos, então, que todos os indivíduos nascem com, pelo menos, um direito fundamental, o direito à autopropriedade e que dele derivam os demais direitos. Crimes constituem violações desses direitos, que advém do direito fundamental, ou da violação deste próprio.

O que dizer, então, do direito à saúde ou educação? A linha de raciocínio dedutivo até aqui explorada não é compatível com a existência desses direitos. Caso fossem, seria correto exigir saúde de outros indivíduos, que eles

lhe provessem saúde. Você não está, contudo, em posição de realizar essa exigência, pois os corpos de outros indivíduos, bem como suas ações, não lhe pertencem. A capacidade de lhe prover saúde pode ser utilizada para satisfazer suas necessidades, caso as partes envolvidas estejam de comum acordo. Não é legítimo exigir que lhe sejam providos serviços de saúde, assim como de educação ou segurança. Esses direitos, então, se mostram como falsos. Não são direitos fundamentais, nem dele são derivados. São serviços, por serem trocados de comum acordo em relações voluntárias, mas de verdadeiros direitos não se constituem.

Todo o indivíduo nasce com apenas um direito fundamental inalienável: o da propriedade privada. Dele, são derivados modos de ação e de não ação. Por meio do uso de sua força de trabalho, de seu tempo de vida e suas capacidades, o ser interage com o mundo externo e dele apropria bens materiais. Bens esses que servirão de base para sua estadia na realidade que a ele se apresenta. Como o indivíduo pode executar ações, desde que o direito dos outros não sejam nelas violado, não poderá obrigar ou forçar outro a fazer algo sem o devido consentimento. Caso exija, então, que lhe entregue sua casa e suas demais posses, esse pedido é ilegítimo. Caso utilize força para violar o direito fundamental de outro indivíduo,

tomando-lhe suas legítimas posses, cometerá a violação conhecida legalmente como roubo. Caso, então, o indivíduo não tome a casa e demais bens de outro, mas exija uma contribuição financeira para oferecer serviços de proteção, por exemplo, ainda também violará o direito alheio. Caso utilize força ou ameaça para garantir o pagamento da contribuição, realizará roubo, ação indistinta da tomada de outros bens legítimos de terceiros.

Daí se deduz que a imposição de medidas a seres pacíficos, não iniciadores de violência, não pode ser considerada como respaldada na ética dos direitos fundamentais. Sob o ponto de vista ético, portanto, a existência do estado é impossível de ser defendida.

Direitos são propriedades da condição humana. Eles surgem pela própria existência do ser, por isso não podem ser concedidos ou revogados por estados. Direitos apenas surgem quando em substrato propício, necessitando da potência mental fundamentadora das ações humanas. Para entender melhor de onde surgem, deve-se entender o que significam. Direitos são preceitos que surgem vinculados às propriedades que baseiam a ação humana, por sua vez, conseqüentes da potência e capacidade mental adquiridas pelo processo de evolução. Ações instintivas diferem de ações propositadas, sendo essa

última diferenciada em níveis de complexidade. A capacidade de raciocínio primitivo não configura a existência de direitos, pois diferentes níveis de ação requerem diferentes tipos de fundamento.

A diferença no nível de ação cria o fundamento para o surgimento de direitos, sendo criado devido ao surgimento da potência mental necessária. O novo nível de ação pressupõe direitos de propriedade para poder existir, criada conjuntamente de forma automática. A inexistência da potência mental inibe a evolução da ação, inibindo, com isso, o surgimento de direitos.

Os animais são os únicos controladores de seus corpos, mas isso não configura a existência do direito à autopropriedade, caracterizada como condição necessária, mas insuficiente. A inexistência de direitos dos animais, contudo, não significa o apoio ao tratamento violento ou tortura, questões também resolvidas pela ética de propriedade e preceitos morais de uma determinada região.

II

O conteúdo da seção anterior possui maior importância do que possa parecer à primeira vista. A

visão de mundo da maioria das pessoas, bem como as ações por elas realizadas, têm como fundamento as suas crenças. Como seres humanos, nos vemos imersos em um contexto que não somos capazes de explicar em sua totalidade, limitados em todos os sentidos pelas características que nos definem. Lacunas são preenchidas por especulações e crenças, bem como argumentos circulares, não sendo necessárias provas para embasar o conhecimento lastreador da ação. Ainda, boa parte do nosso conhecimento não foi criado ou comprovado por nós, sendo aquilo que sabemos fruto da confiança, algo relacionado em direta proporção ao escopo e à complexidade das informações presentes. O conhecimento de um indivíduo é sempre muito pequeno em comparação ao conhecimento atingível que, por sua vez, constitui apenas uma fração de toda a informação existente.

Dados dão origem à informação, sendo essas últimas a base na qual se constrói o conhecimento. Conhecimento, contudo, não existe sem o fenômeno da interpretação realizada por um ser capaz. A natureza provê informações que, ao serem interpretadas, dão origem ao conhecimento. A capacidade de conhecimento e aprendizagem humana é infinita, porém limitada. Assim como existem infinitos maiores que outros (pense no

conjunto dos números naturais comparado ao dos reais), o conhecimento humano apresenta-se infinito, mesmo com sua limitação. Um indivíduo, contudo, será sempre muito mais limitado naquilo que é capaz de entender, sendo o seu entendimento acerca da realidade que o cerca sempre subjetivo e incompleto.

Por ser limitado, mas ainda querer obter o melhor entendimento possível sobre o que constitui a existência, debates e opiniões muitas vezes são baseadas na mera crença ou desconhecimento de alternativas. Debater assuntos que se encontram além da capacidade humana de compreensão, no entanto, não faz sentido. Provas, assim como refutações, são impossíveis. Qualquer debate, em seu cerne, será baseado em opinião.

O que o argumento dedutivo que baseia o libertarianismo austríaco nos proporciona, em contrapartida, é a possibilidade de analisar nossa realidade por meio de uma base sólida, sem depender de opiniões e crenças sem fundamento último. Isso não quer dizer, porém, que o libertarianismo lastreado na ética argumentativa seja a verdade pura e completa, podendo ser apenas parte de um limite por nós atingido. Independentemente, como antes mencionado, o que está fora de nossa compreensão não faz sentido ser discutido, pois a capacidade humana não é capaz dela fazer

conhecimento. Daquilo que podemos entender, devemos almejar o melhor possível, sempre dentro de nossas capacidades.

Sobre a origem das sociedades políticas

I

A banalidade confunde os sentidos e dificulta a razão. O raciocínio lógico concede lugar à mera reprodução desprovida de análise. Em vez de pensadores, meros imitadores.

Passamos por nossas vidas sem pararmos para pensar o motivo de fazermos o que fazemos, nem de acreditarmos no que acreditamos, desse modo, ajudamos a imortalizar equívocos. Tornamo-nos ferramentas para a perpetuação do ilógico e do indefensável. Quanto mais comum, menos pensamos sobre. O estado se fortalece apoderando-se da noção de normalidade.

Assim como nossos pais e avós, nascemos em uma sociedade dominada pelo poder estatal. Sempre estivemos imersos nesse tipo de realidade, por isso, encaramos o estado como algo natural, rotineiro. A ideia de extingui-lo nem passa pela cabeça da maioria de nós, pois parece impensável a ideia de acabar com algo tão familiar, tão antigo, tão importante e, na verdade, tão essencial para a vida em sociedade.

Isso não quer dizer, contudo, que a maioria gosta de seus governantes, do contrário, as críticas nunca foram tão numerosas. Se pararmos para analisá-las, no entanto, veremos que as críticas são direcionadas para o presidente, o partido x, o deputado corrupto, um órgão estatal, mas, raramente, para a existência do estado.

Como a humanidade se transformou em uma espécie dominada? Como aceitamos e até glorificamos aqueles que nos domesticam? A partir de que momento ocorre a normalidade? A partir de que momento a normalidade torna-se parâmetro para o correto? Como chegamos ao ponto no qual o mero questionamento é visto com desprezo? “São apenas palavras proferidas por um ideólogo ou um revolucionário utópico”, dizem os críticos, sem perceberem que defendem a ideia de um estado eficiente, mesmo que essa ideia, por si mesma, mostre-se utópica.

O estado, mesmo sendo muito antigo, não surgiu com o aparecimento da humanidade. Quando, então, se originou o estado? Como esse poder centralizador se materializou e se perpetuou? Diversas explicações foram propostas no decorrer dos milênios. Algumas perderam completamente a relevância, mas outras ainda perduram na mente de boa parte da população. Será, contudo, que estão corretas?

Este primeiro capítulo versará sobre o surgimento e a justificação das sociedades politicamente organizadas, o que culminou, no decorrer dos milênios, na formação do estado moderno, tecendo comentários considerando a visão austro-libertária de mundo, não se baseando, no entanto, inteiramente em autores com essa mentalidade.

No decorrer do texto, usarei o termo “estado” tanto no sentido amplo quanto no estrito, cabendo ao contexto o papel de realizar maiores diferenciações.

II

A origem do estado é investigada há milênios. Já na Grécia antiga, Aristóteles encarava o estado como: “[...] uma instituição natural, necessária, decorrente da própria natureza humana. [...] resultante dos movimentos naturais de coordenação e harmonia. Sua finalidade seria a segurança da vida social, a regulamentação da convivência entre os homens e a promoção do bem-estar coletivo.” [1]

A verdade, no entanto, não é tão simples. Como não existem registros escritos de sua formação, bem como algo dessa natureza não pode ser resultado de um único fator, não existe consenso a respeito da sua origem. As

teorias divergem e se contradizem, mas, analisando logicamente, inegável é a ligação íntima entre a guerra e a formação dos estados.

Assim como os socialistas, encontramos nos autores austríacos a noção de estado baseado na força, mas com uma abordagem diferente; sendo pontos de convergência a relação de poder e a dominação do homem pelo homem.

Dentre os escritos austríacos, podemos encontrar a explicação sobre a origem do estado na teoria do bandido estacionário, muito influenciada pelos escritos de Franz Oppenheimer. Oppenheimer divide a origem estatal em etapas. Sua ideia central se baseia na violência e na dominação. Para ele, os mais fracos ficavam constantemente à mercê de invasões, roubos e outros atos de violência cometidos pelos mais fortes. Em um determinado momento, essa relação se modificou. Escreve Oppenheimer:

“O momento no qual o primeiro conquistador poupou sua vítima, com o objetivo de permanentemente explorá-la em trabalho produtivo, foi de incomparável importância histórica. Criou a nação e o estado[...]" [2]

Os espoliadores encontram vantagem em investir nesse tipo de relação com os dominados. Para funcionar, os que roubam precisam estar em um número reduzido, quando em comparação ao número de vítimas. Uma das formas de controlar a vida de suas posses é por meio do pagamento de uma quantia definida arbitrariamente por eles. Essa quantia não é voluntária, mas imposta aos indivíduos tidos como propriedade da classe dominante. Encontramos vários nomes para essa dinâmica na literatura, entretanto, em seu cerne, não deixam de designar roubo institucionalizado.

Caso um indivíduo qualquer tente fazer o mesmo que o estado, ele é considerado criminoso. O que está por trás disso são as leis estatais que condenam seletivamente os comportamentos considerados. Algo antiético passa a ser correto pelo simples fato do juspositivismo estatal conceder vantagens aos agentes do próprio estado.

A luta por recursos e a concentração de poder levaram a muitas guerras ao longo da história humana. Fronteiras, meras representações imaginárias dos limites do território dominado, foram decididas pela força. Sob constante ameaça, os indivíduos dominados, ao longo do tempo, passaram a encarar seus dominadores como protetores. Sobre esses fatos, Olson escreve:

“Em primeiro momento, parece intrigante: por que os comandantes militares, que eram bandidos estacionários, continuamente roubando de um dado grupo de vítimas, eram preferidos, por essas vítimas, aos bandidos itinerantes que logo partiam? [...] Na verdade, se um bandido itinerante se estabelece e realiza seu roubo na forma de taxação regular e, ao mesmo tempo, mantém um monopólio do roubo em seu domínio, então aqueles dos quais exige a taxação terão um incentivo para produzir. O bandido estacionário racional tomará apenas uma parte da renda, pois poderá exigir uma quantia total maior caso deixe o incentivo para gerar a renda que taxará futuramente. Caso o bandido estacionário monopolize o roubo em seus domínios, suas vítimas não precisarão temer o roubo por outros bandidos. [...] Como as vítimas são para o bandido estacionário a sua fonte de renda, ele tem o incentivo de proibir o assassinato ou a agressão de seus súditos.”

[3]

Os fatos descritos por Olson indicam as vantagens dessa relação social tanto para os dominadores quanto

para os dominados. Do ponto de vista libertário, a própria existência de um bandido estacionário não pode ser eticamente defensável, contudo, dadas as circunstâncias, a vantagem mútua da relação descrita é inegável.

Ainda hoje podemos encontrar indivíduos defensores do estado utilizando o argumento da proteção, sem, no entanto, se darem conta de que pedem para uma determinada classe coercitiva protegê-los de outra classe coercitiva. Deve-se ter em mente que a defesa da população não se realiza por um senso de justiça, mas com o intuito de perpetuar a dominação estabelecida.

Murray Rothbard comenta sobre os escritos de Oppenheimer a respeito do estado:

“Em essência, disse ele, existem apenas dois meios para os homens conseguirem riqueza. O primeiro método é produzir um bem ou serviço e trocar voluntariamente esse bem pelo produto de outra pessoa. Esse é o método da troca, o método do livre mercado [...] Oppenheimer chama esse método de ‘meio econômico’ para a aquisição de riqueza. O segundo método é tomar a propriedade alheia sem consentimento [...] Oppenheimer denomina esse método de obtenção de riqueza

o ‘meio político’. Depois, define o estado, ou governo, como a ‘organização do meio político’ [...] Em outras palavras: o estado é o roubo organizado [...]” [4]

Podemos constatar que, dentre outros fatores, o medo incentivou (e ainda incentiva) a busca por proteção. Aqueles que aceitam renunciar sua liberdade em troca de segurança, no entanto, acabam se submetendo às vontades dos governantes. Em inúmeros casos, diga-se de passagem, os indivíduos, como não dispunham de força suficiente, simplesmente não tinham escolha.

Um ponto importante: existem indivíduos que creem ser inconcebível a existência de propriedade sem estado, mas se aceitarmos que a proteção da propriedade foi um dos fatores que levou ao surgimento das sociedades políticas, poderemos concluir que a ideia de propriedade é anterior à de estado. A história, inclusive, nos mostra que a ideia de propriedade privada é anterior ao surgimento dos estados primordiais. Sendo assim, o estado não deve ser encarado com um protetor do direito de propriedade, por ser, na verdade, seu maior violador.

Analisando logicamente, um estado não pode surgir do nada. Ele é resultado de variados processos relativos ao desenvolvimento social e econômico, logo, à noção de

estado, antecedem as de propriedade, resolução de conflitos, liderança e interações econômicas. O surgimento do estado é sempre lastreado em estrutura social preexistente.

III

Nesse ponto da análise, devo parar por um momento essa linha argumentativa com o intuito de acrescentar algo extremamente relevante. Nas palavras de Harold Barclay:

“É importante reconhecer que qualquer fenômeno social surge das interações de uma variedade de fatores. Monocausalidade é um erro e, na melhor das hipóteses, uma tentativa simplista de explicação.” [5]

Sem dúvida, um fenômeno tão complexo e tão generalizado como o surgimento do estado não poderia ser explicado apenas pela força. A força, entretanto, é elemento indispensável para a compreensão de qualquer fenômeno estatal.

Como escreve Robert Carneiro:

“[...] mesmo a guerra sendo, sem dúvida, importante para a origem do estado, não pode ser o único fator. Afinal, guerras foram travadas em muitas partes do mundo onde estados nunca surgiram. Com isso, mesmo a guerra sendo condição necessária para o surgimento do estado, não é condição suficiente. Ou, colocando de outra maneira, mesmo podendo identificar a guerra como mecanismo de formação estatal, precisamos especificar sob que condições ela faz surgir o estado.” [...] [6]

Quando está só, o homem percebe-se indefeso perante a natureza que o rodeia. Há milênios, os humanos vivem em grupos, entendendo que, com apoio mútuo, adquirem maior capacidade de enfrentar e superar as dificuldades inerentes à existência. Grupos humanos foram se modificando ao longo do tempo, em resposta às mudanças de mentalidade, mudanças tecnológicas e alterações ambientais.

O sedentarismo é algo relativamente recente na história. Assim que o homem começou a plantar, domesticar animais e virar sedentário, as sementes da

criação do estado começaram a germinar. Os indivíduos são naturalmente desiguais e, com o tempo, essas desigualdades começaram a criar hierarquias. A divisão do trabalho e as qualidades que distinguem uns dos outros os indivíduos, abriram caminho para a criação de privilégios. A noção de hereditariedade começou a criar uma casta de privilegiados com poder mais duradouro. A criação de classes tornou-se um desenvolvimento natural dessas desigualdades, bem como a dominação de novos territórios favoreceu esse processo.

Sobre isso, Elman Service escreve:

“É inteiramente coerente supor que, à medida que a tendência natural para a primogenitura se estabiliza como costume ou regra, apenas com esse fato, o grupo aumenta a estabilidade e poder de sua liderança ao longo do tempo — e provavelmente também seu tamanho — por ter institucionalizado seu poder.” [7]

Para ele, o sistema de redistribuição dos bens produzidos, combinado à liderança em seu estado embrionário, além da primogenitura, teve como tendência:

“[...] promover a liderança para um status de hierarquia com um institucional sistema de poder central. Chefaturas sedentárias normalmente habitam áreas de recursos naturais variegados, com numerosos nichos ecológicos, requerendo simbiose local e regional [...] para a redistribuição funcionar, é necessário um centro coordenador, um redistribuidor, uma “autoridade” que possa planejar e fazer alocações supostamente justas [...] com o melhoramento do sistema, o papel da autoridade é fortalecido, o que possibilita aumentar seu escopo. [...] o desenvolvimento de sistemas de redistribuição permanentes parece não apenas estar associado a origem de chefaturas, mas contribuir poderosamente com a manutenção e reforço da hierarquia autoritária sociopolítica [...]” [8]

Para complementar as observações anteriores, recorrerei a uma longa citação de Sgarbossa e Iensue:

“Estudos demonstram ser plausível tanto a concepção que encontra a origem das sociedades políticas no desenvolvimento espontâneo e pacífico de relações de

coordenação e subordinação entre seus membros quanto em fenômenos violentos, tais como a guerra e a conquista. Pode-se crer plausivelmente no surgimento histórico de sociedades políticas por meio de ambos os fenômenos, embora pareça que o segundo possa ser considerado muito mais frequente do que o primeiro. Ambas as explicações, como dito, parecem plausíveis e talvez possam ser explicações concorrentes. No seio de um grupo homogêneo, pode ter surgido o poder de maneira consensual ou tradicional, baseado, por exemplo, no poder familiar. Com o desenvolvimento dos agrupamentos humanos e com a conquista de novos territórios por um grupo dominante, podem ter sido agregados novos indivíduos ao grupo, na condição de escravos e servos em um primeiro momento, tornando-se, com o passar do tempo, indivíduos de castas inferiores [...] Esta parece ser, aliás, a explicação mais plausível considerando-se evidências antropológicas e históricas.” [9]

Apesar do componente voluntário, todo estado contém, dentro de si, uma verdade incontestável: não

existe estado sem o uso da força, nem estado que não utilize a ameaça como forma de controlar indivíduos pacíficos. Barclay acrescenta:

“[...] o estado nasce quando uma elite pode apoderar-se de um monopólio do uso da violência e pode instituir sanções legais. [...] Nenhum estado se desenvolveria caso não houvesse propensão por parte de, pelo menos, alguns indivíduos em conseguir poder sobre outros e, ao mesmo tempo, o condicionamento da grande maioria da população a submeter-se ao poder de alguns.” [10]

IV

Ao longo da história surgiram diferentes tentativas de legitimar o roubo institucionalizado, pois, como escreve Bardine:

“O poder do governo sempre precisou de crenças ou doutrinas que o justificassem, tanto para legitimar o comando quanto para legitimar a obediência.” [11]

Por séculos, a narrativa dominante foi a do poder divino. O governante obtinham a sua legitimidade na figura de Deus, tendo sido escolhido por ele. Ir contra a autoridade do governante era ir contra a vontade de Deus. Aqui, considero Deus no sentido mais geral de divindade, não me limitando ao Deus católico. Essa desculpa elaborada teve significativo poder até a Idade Média, época na qual a Igreja detinha maior relevância. A evolução do pensamento humano ocasionou a perda de poder por parte da Igreja que, com suas particularidades, também funcionava como um estado.

Posteriormente, os contratualistas como Thomas Hobbes, John Locke e Jean-Jacques Rousseau, tentaram justificar a existência estatal como baseada em contratos. Os contratualistas, contudo, discordavam em relação ao estado da humanidade anteriormente ao surgimento do poder estatal. As distorções históricas feitas por eles tiveram como principal objetivo a justificação do poder do estado. Sobre esse tópico, Sgarbossa e Iensue escrevem:

“As origens históricas das sociedades políticas parecem ser explicadas de maneira muito mais plausível pelas concepções já expostas anteriormente, especialmente aquelas

baseadas na conquista. É um equívoco, portanto, referir-se ao contrato social como um fato histórico ou como algo ocorrido em algum momento histórico, mesmo que compreenda o contrato social como um acordo tácito. Assim, a compreensão adequada parece consistir naquela segundo a qual as teorias ou doutrinas do contrato social não proporcionam uma explicação histórica sobre a origem das sociedades políticas, mas uma tentativa de justificação das mesmas, buscando expor fundamentos racionais para a autoridade política e para a obediência à mesma.” [12]

A ideia de consentimento, como exposta pelos contratualistas é, no mínimo, falaciosa. Não é defensável a “assinatura” de contratos sem cláusula rescisória e com duração indeterminada, renovando-se automaticamente nas gerações seguintes. No fim, a ideia de contrato social foi apenas mais uma tentativa para tentar justificar o injustificável. Olson complementa:

“[...] governo, para grupos maiores que tribos, normalmente surge não por contratos sociais ou transações voluntárias de qualquer tipo,

mas pelo interesse próprio racional entre aqueles que podem organizar a maior capacidade de violência. Esses empreendedores violentos não se auto denominam bandidos, mas, do contrário, concedem, a eles mesmos e a seus descendentes, títulos exaltados.”[13]

V

Apesar de ter passado por diversos processos de adaptação, o estado continua sendo um ente coercitivo. Sob o pretexto de prover serviços essenciais e bens públicos, pretende mostrar que, sem sua existência, esses serviços não poderiam existir ou que a sociedade humana não seria capaz de funcionar. Os serviços caros, ineficientes e de pagamento obrigatório têm mais utilidade para legitimar a existência do próprio estado do que propriamente suprir as necessidades da população. O estado pode até ser útil, em análises restritas, mas apenas se mostra necessário nos contextos que ele mesmo cria.

A evolução humana está intimamente ligada ao desenvolvimento do estado, isso indica que seu surgimento é uma etapa natural do desenvolvimento das dinâmicas sociais humanas, mas não prova ser sua

existência necessária para que a humanidade viva em sociedades com dinâmicas mais avançadas. O surgimento do estado não prova sua necessidade para o desenvolvimento das sociedades humanas, mas indica que, com o desenvolvimento das sociedades humanas, seus elementos constituintes surgiram, possibilitando sua criação.

A formação e organização de grupos humanos por meio da aceitação voluntária fez parte da origem das sociedades políticas, mas, mesmo nesses casos, uma classe dominante acaba se formando e, ao longo do tempo, passa a impor suas vontades nos indivíduos que creem dominar, assim como pastores cuidando de seu rebanho. Mesmo nos contextos nos quais ocorre a concentração de poder resultante da ordem espontânea, esse fato não impossibilita, posteriormente, a corrupção desse poder conferido.

Apesar de existirem diferenças entre estados, quando analisados, percebemos que, em todos, existe, além da força, poder de convencimento. A evolução da consciência política foi fundamental para a origem do estado, mas essa dinâmica social não poderia existir sem coerção, força ou ameaça sendo aplicadas a indivíduos pacíficos. Podemos dizer, então, que, em maior ou menor grau, todos os estados são antiéticos.

Existe diferença entre consentimento e conformismo. Submissão não pode ser confundida com aceitação. O “consentimento” é utilizado como método para legitimar o poder de uma classe privilegiada. O poder do estado necessita das aparências, retirando todo o disfarce, contudo, vemos sua verdadeira face. Sua origem está de acordo com sua própria natureza. A concentração de riqueza e poder são seus principais objetivos. O estado mostra-se como uma máquina muito eficaz para a redistribuição de riqueza das mãos dos pagadores de impostos para os bolsos de seus agentes.

Como escreveu Lysander Spooner:

“Se taxaçaõ sem consentimento não é roubo, então qualquer grupo de ladrões necessita apenas se autodeclarar um governo e todos os seus roubos estarão legalizados.” [14]

Referências do capítulo

- [1] BARDINE, Renan. **Teorias sobre a formação do estado**. Disponível em: <https://www.coladaweb.com/direito/teorias-sobre-a-formacao-do-estado>. Acesso em 02 de agosto de 2020.
- [2] OPPENHEIMER, Franz. **The Six Stages of the Creation of the State**. Excerto do capítulo primeiro de “O Estado: Sua história e desenvolvimento sociologicamente observado”. Disponível em: <https://mises.org/library/six-stages-creation-state>. Acesso em 02 de agosto de 2020, tradução nossa.
- [3] OLSON, Mancur. **Dictatorship, Democracy, and Development**. *The American Political Science Review*, Sep., 1993, Vol. 87, No3, p. 568, tradução nossa.
- [4] ROTHBARD, Murray. **Economic controversies**. Auburn. Ludwig von Mises Institute, 2011, p. 675, tradução nossa.
- [5] BARCLAY, Harold. **The Origin of the State**. Capítulo 3 condensado de “O Estado”. AJODA #61, vol. 24, no. 1, 2006. Disponível em: <https://theanarchistlibrary.org/library/the-origin-of-the-state>. Acesso em 01 de agosto de 2020, tradução nossa.
- [6] CARNEIRO, Robert L.. **A Theory of the Origin of the State**. *Studies in Social Theory* No 3. Menlo Park, CA: Institute for Humane Studies, 1977, p. 7, tradução nossa.

[7] SERVICE, Elman R.. **Origins of the State and Civilization: The process of cultural evolution**. W. W. Norton & Company, Inc., 1975, p. 74, tradução nossa.

[8] Ibid., p. 75, 91 e 172.

[9] SGARBOSSA, Luís Fernando; IENSUE, Geziela. **Teoria do Estado Moderno e Contemporâneo**. Fundamentos do Direito Público e do Direito Constitucional. Campo Grande. Instituto Brasileiro de Pesquisa Jurídica, 2018, p. 65 e 68.

[10] BARCLAY, Harold, op. cit.

[11] BARDINE, Renan, op. cit.

[12] SGARBOSSA, Luís Fernando; IENSUE, Geziela, op. cit., p. 77.

[13] OLSON, Mancur, op. cit., p. 568.

[14] Disponível em:

<https://www.goodreads.com/quotes/1240517-if-taxation-without-consent-is-not-robbery-then-any-band>. Acesso em 07 de agosto de 2020. Tradução nossa.

Ordem espontânea e centralização de decisões

I

Ao conjunto das dinâmicas humanas referentes à alocação de bens escassos, damos o nome de mercado, sendo finalidade da economia o estudo de suas ações e seus princípios norteadores.

Suponha que o filho de um lojista quebre uma das vidraças da loja de seu pai. Em pouco tempo, curiosos começam a se aglomerar e lamentar o ocorrido, mas, a partir de um dado momento, o que antes era visto como algo negativo, gradualmente, passa a não ser tão reprovável feito. Nas palavras de Bastiat, os espectadores passam a dizer que:

“Todos precisam viver e o que seria do vidraceiro se painéis de vidro nunca fossem quebrados?”[1]

À primeira vista, pode não parecer haver algo errado em comentários como esse, no entanto, o leitor pode ter a sensação de que o que foi dito não está realmente certo. O

que falta aqui? Para analisarmos situações como essa, devemos atentar não apenas para o que é visto, mas também para o que não se vê. Nas palavras de Bastiat:

“Suponha que custe seis francos para reparar o dano e que esse acidente traga seis francos para o vidraceiro [...] isso se refere ao que é visto [...] Caso você chegue na conclusão, como é costumeiro, que é algo bom quebrar janelas, que faz o dinheiro circular e que o encorajamento da indústria em geral resultará desse fato, me obrigará a dizer: pare aí! [...] como o lojista investiu seis francos em uma coisa, não pode investir em outra. Não é visto que, caso não tivesse uma janela para trocar, teria, quem sabe, trocado seus velhos sapatos ou comprado um livro para a sua biblioteca pessoal.” [2]

Em outras palavras: o que é bom para o vidraceiro não é bom para o sapateiro e é apenas parcialmente satisfatório para o lojista. A sociedade não ficou mais rica, na verdade, ficou mais pobre. Quando os bens escassos são utilizados para apenas fazer a sociedade voltar ao patamar de início, não há ganho real, mas perda em relação a tudo o que não foi realizado. Isso acontece por

esse simples fato: reconstruir não tem o mesmo impacto que construir algo novo.

Suponha que um grande desastre natural destrua uma cidade costeira. Todo o esforço para a reconstrução pode trazer ganhos reais para alguns indivíduos, mas, ao fim do processo de reconstrução, podemos afirmar que a cidade está mais rica? Claramente não. Não devemos esperar criação da destruição.

O que Bastiat nos mostra tem importância imensurável, com potencial de não apenas avançar nosso entendimento acerca do funcionamento de uma sociedade de mercado, como também nos fazer repensar as propostas governamentais.

O que cria riqueza em uma sociedade? Dinheiro é riqueza? Caso o leitor pense que sim, pergunto-lhe: aumentando-se a base monetária, aumenta-se também a riqueza? Em outras palavras: imprimindo novos papéis coloridos, estou aumentando a riqueza presente em uma sociedade? A resposta é óbvia. Dinheiro é o meio de troca de uma economia. Aumentar o meio de troca não significa aumentar o volume de riqueza disponível. O que uma quantidade maior de dinheiro tem potencial para fazer é encarecer os produtos existentes, principalmente nos casos nos quais não há lastro em produção. Estou

propositalmente deixando de lado os aspectos da demanda por dinheiro, fato que pode explicar a ausência de inflação mesmo em cenário crescente de meio circulante, sendo meu objetivo indicar que, mesmo relacionados, dinheiro e riqueza são conceitos distintos.

Com o exposto até aqui, passam a ser questionadas todas as políticas de gastos com o intuito de alavancar a economia. O estado não produz, ele precisa se apoderar de produção precedente para sobreviver. Ele precisa da produção alheia para realizar os feitos dos quais tanto se gaba. De onde vem o dinheiro do estado? Dos pagadores de impostos, direta ou indiretamente, no curto ou no longo prazo. Quando ouvimos, então, que a redistribuição de renda faz alavancar a economia, devemos olhar essa afirmação com cautela, pois o que está sendo redistribuído é a mesma quantidade de riqueza antes presente. Adicionalmente, como o economista pode saber que a quantia redistribuída gerou benefícios maiores aos que teria gerado caso tivesse ficado com seus donos originais? Tentar enriquecer um país por esse meio é o mesmo que tentar enriquecer um homem fazendo-o trocar de bolso uma nota de cem reais que possui.

O que falar dos programas estatais para estimular a economia por meio de aumento de gastos? Ora, a lógica não se altera. Todo o dinheiro, toda a mão de obra e todos

os materiais empregados nesses empreendimentos devem vir de algum lugar. O que os indivíduos fariam com o montante agora destinado para o programa estatal? Como podemos provar que houve crescimento econômico real? O que os indivíduos perderam e o que ganharam? Isso pode ser quantificável? Note que ainda estou ignorando o argumento ético baseado na inviolabilidade da propriedade privada.

Desconsiderando a utilidade das obras executadas, como os eventos esportivos no Brasil não me deixam mentir, e supondo não haver desvio de verba, o estado afirma poder tomar decisões melhores que a totalidade das pessoas as quais o dinheiro antes pertencia. O que a pretensão desse conhecimento gera é uma série de distorções nas cadeias produtivas.

Suponha que agentes estatais resolvam executar um pacote de obras públicas para, segundo eles, estimular a economia. Quantas dessas obras previstas são realmente necessárias? Aqui, já podemos notar um problema: recursos escassos foram desviados de famílias e empresas para a construção de obras com utilidade questionável. O que teria sido feito, comprado, produzido, inventado e investido com o montante utilizado em obras inúteis ou praticamente inúteis? Nunca saberemos, porém, podemos dizer, sem sombra de dúvida, que, mesmo que novas

estruturas tenham sido construídas, riqueza foi destruída. As quantidades de tempo e de materiais utilizados (concreto, aço, madeira, etc.) e a mão de obra empregada poderiam ter sido utilizadas para algo mais urgente nas escalas individuais de necessidades.

Vamos considerar que todas as obras, além de necessárias, sejam feitas de maneira eficiente e sem corrupção. Nesse caso, os empreendimentos podem afetar a economia positivamente, tornando-se importantes para uma ou mais regiões. Nunca saberemos, contudo, as possibilidades perdidas com essa alocação forçada, nem a totalidade das distorções econômicas geradas.

Por fim, no caso de obras realmente importantes, como ferrovias para escoar grãos e barragens para hidrelétricas, não há motivos que impossibilitem suas construções de forma privada, inclusive, a um preço mais baixo e com mais eficiência que as executadas pelo estado.

II

O que foi descrito anteriormente é apenas uma das inúmeras iterações de algo muito maior, algo que podemos chamar de: a pretensão de conhecimento por parte dos agentes estatais. Outro exemplo é o

tabelamento de preços. A pandemia de COVID-19 fez esse tema voltar a circular.

Consumidores julgam determinados preços como “abusivos” e muitos pedem intervenção estatal para solucionar o problema. A solução, no entanto, não é tão simples. Vejamos o que Hazlitt escreve:

“Não podemos manter o preço de qualquer mercadoria abaixo de seu preço de mercado sem gerar duas consequências. A primeira é o aumento de demanda pela mercadoria, pelo fato de estar mais barata, mais pessoas tenderão a comprá-la. A segunda consequência é a redução da oferta da mercadoria, pelo fato de as pessoas comprarem mais, o estoque acumulado é mais rapidamente levado das prateleiras. Adicionalmente, a produção é desincentivada. As margens de lucro são reduzidas, ou até obliteradas. Os produtores marginais são retirados do mercado e mesmo os mais eficientes podem deixar de produzir o produto devido à perda.” [3]

Podemos notar como decisões centralizadas têm potencial destrutivo. Não é possível um indivíduo, ou um grupo de indivíduos, saber mais do que milhões de

pessoas que transacionam no mercado todos os dias. Qualquer tentativa de controlar o livre processo de mercado, por menor que seja, tem potencial para gerar distorções. O estado, em sua posição particular, tem potencial destrutivo inigualável. Na nobre tentativa de possibilitar maior acesso a um certo produto, principalmente aos mais pobres, medidas impostas por estados acabam distorcendo as cadeias produtivas e gerando escassez, inclusive, para aquelas pessoas que antes tinham acesso ao produto.

No início da pandemia, houve críticas com relação ao preço do álcool em gel. Os empresários, porém, não estavam explorando o povo e colocando preços abusivos nos produtos bem quando a população mais precisava deles. Abusos pontuais podem ter ocorrido, claro, mas o motivo do preço ter subido foi devido à alta explosiva da demanda pelo produto em questão, sem um contraponto na oferta.

Como escreveu Hayek:

“Precisamos entender o sistema de preços como um mecanismo de transmissão de informações para podermos entender sua verdadeira função [...] O principal aspecto desse sistema é a economia de conhecimento

com que ele opera; ou, em outros termos, é quão pouco os participantes individuais precisam saber para ser capazes de tomar as decisões corretas. De forma abreviada, por meio de um certo tipo de símbolo, apenas a informação mais essencial é transmitida adiante, e apenas para aqueles que estão interessados nela.” [4]

Preços transmitem informações. Caso a demanda por um produto aumente de maneira repentina, o processo natural de mercado é o aumento dos preços. A principal função do mercado é a alocação eficiente de bens escassos, pois, caso não assim fossem, não haveria sentido determinar leis de propriedade para eles.

Voltando a situação do álcool em gel, o aumento de preços serve como mecanismo para regular a distribuição desse bem escasso. Caso o frasco de álcool em gel fosse tabelado em, digamos, três reais, muitas pessoas o comprariam para usos menos importantes. Com a subida dos preços, os indivíduos com usos mais urgentes nas suas escalas valorativas optam por comprar o produto. A quantidade de produtos comprados por indivíduo tende a reduzir e a alocação tende a atender as demandas mais urgentes. O aumento nos preços ainda sinaliza ao mercado a existência de novas oportunidades de lucro e,

como consequência, novos produtores são incentivados a entrar no setor e o lado da oferta começa a puxar os preços para baixo.

Uma medida impositiva, sob o pretexto populista que almeja a cobrança do “preço justo” ou referente a um certo “direito” que todos têm à obtenção do produto, apenas terá o potencial de gerar distorções na cadeia produtiva e impedir o processo de reajuste acima descrito. Para consertar o “erro” da não uniformidade de acesso, cria-se uma sequência de fatos que podem culminar em uma uniformidade não desejada, causada pela escassez total. Não é razoável um agente estatal decidir qual deve ser o preço de algum produto. Existem diversas variáveis que culminam no preço cobrado pelo empreendedor, variando conforme o contexto, não sendo possível o agente estatal saber qual deve ser o tal preço justo.

Para tentar contornar os problemas que surgem devido às medidas impostas pelo estado, novas medidas são implementadas e, como consequência, ocorre o surgimento de novas distorções ou o agravamento das já existentes. Em vez de desregular e acabar com a causa, o estado toma o sentido contrário e agrava a situação. Esse tipo de “solução” é percebido diariamente por aqueles que prestam atenção ao seu redor e se desfazem do manto

demagógico das medidas governamentais. Para resolver problemas, o lógico é extinguir suas causas, mas o estado não torna tão simples esse processo.

Voltando a Hazlitt:

“quando os preços são arbitrariamente reduzidos por governos, a demanda permanece cronicamente acima da oferta [...] caso o governo queira prevenir a escassez de uma commodity com a redução dos salários, matérias-primas e outros fatores de produção, cria escassez deles também.” [5]

Não poderia ser diferente.

III

No ano de 1974, em discurso proferido ao receber o prêmio Nobel de economia, Hayek proclamou:

“Caso o homem não queira fazer mais mal do que bem em seus esforços para melhorar a ordem social, ele terá de aprender que [...] não pode adquirir o conhecimento completo que tornaria possível o controle dos eventos. Ele

terá, então, que usar todo o conhecimento que puder adquirir, não para moldar os resultados, como o artesão molda sua obra, mas para cultivar o crescimento, fornecendo o ambiente apropriado assim como o jardineiro faz por suas plantas [...] O reconhecimento dos limites insuperáveis de seu conhecimento deve, de fato, ensinar ao estudante uma lição de humildade que deve protegê-lo contra se tornar um cúmplice do esforço fatal dos homens que almejam o controle da sociedade — um esforço que o torna não apenas um tirano de seus companheiros, mas que pode muito bem o fazer destruidor de uma civilização que nenhum cérebro projetou, mas que cresceu a partir dos esforços livres de milhões de indivíduos.” [6]

As palavras de Hayek nos mostram o motivo do controle estatal sobre a economia não dar certo. Nenhum indivíduo, por mais inteligente que seja, é superior ao mercado na tomada de decisões. Uma economia planificada causa distorções tremendas e acaba por colapsar a ordem econômica, mas, e isso é um ponto importante, toda a intervenção estatal na economia tem poder destrutivo e potencial para causar descompassos

que podem se tornar grandes crises futuras. A resolução dos problemas causados por regulamentações e leis estatais não está na criação de novas leis e regulamentações, mas na abolição, em primeiro lugar, dos fatores que deram origem às distorções. O mercado não é perfeito, mas ele é, sem sombra de dúvida, muito mais eficaz que qualquer órgão ou agente estatal na alocação de recursos escassos.

O leitor mais atento pode ter ficado curioso quando Hayek apontou o surgimento da civilização como algo não projetado por um cérebro humano. Hayek estava fazendo referência ao conceito de ordem espontânea. Nas palavras de Adam Ferguson:

“Cada passo e cada movimento da multidão, mesmo nas chamadas eras iluminadas, são feitos com igual cegueira para o futuro; e as nações tropeçam nos estabelecimentos, que são de fato o resultado da ação humana, mas não a execução de qualquer projeto humano.”
[7]

Civilizações, culturas, mercados e sociedades, além de termos utilizados para representar um conjunto de indivíduos e suas dinâmicas, mostram-se oriundos da ordem espontânea. Como aqui estamos tratando mais

sobre mercados, as seguintes palavras de Hayek trarão o conceito para o contexto da dinâmica de trocas. Escreve:

“É maravilhoso que em uma situação na qual haja escassez de um tipo de matéria-prima, sem que nenhuma ordem seja dada, sem que talvez não mais que um punhado de pessoas saibam a causa dessa escassez, dezenas de milhares de pessoas, cujas identidades jamais serão conhecidas, mesmo após meses de investigação, começam, então, a utilizar essa matéria ou seus subprodutos de maneira mais econômica” [...] [8]

Pode parecer um fenômeno estranho o surgimento de algo sem planejamento e que, mesmo assim, tenha potencial de suprir necessidades humanas e fundamentar um determinado avanço social, mas as ações humanas são deliberadas, mesmo imprevisível sendo o escopo de suas consequências.

Ainda, parcela significativa do conhecimento humano apresenta-se na forma tácita e disseminada na população. Hayek comenta:

“[...] aqueles que clamam por uma “direção consciente” — e que não podem acreditar que algo criado sem um planejamento (e, de fato, sem que nem mesmo alguém o compreendesse como um todo) possa resolver problemas que nós mesmos não podemos resolver conscientemente — devem lembrar-se do seguinte: o problema é precisamente de como expandir a extensão da utilização dos recursos além da extensão do entendimento de um único indivíduo; portanto, trata-se de um problema de como administrar a necessidade de controle consciente e de como dar incentivos para os indivíduos tomarem as decisões desejáveis sem que alguém lhes diga o que fazer.” [9]

IV

Todas as decisões humanas são tomadas tendo como base os conhecimentos que os indivíduos detêm acerca da sua realidade, mas essas informações não são completas, logo, não sendo os indivíduos dotados de conhecimento perfeito, as ações, mesmo quando racionais, podem ser equivocadas.

Parte considerável do conhecimento humano está em sua forma tácita. Adicionalmente, o conhecimento não está concentrado em um único indivíduo ou grupo de indivíduos, encontrando-se disseminado pelas inúmeras mentes que compõe uma sociedade.

Com o exposto no presente capítulo, torna-se mais fácil o entendimento acerca do papel da liberdade em um contexto de mercado. A livre concorrência, incluindo a de regulamentações, proporciona maior liberdade de escolha ao indivíduo. Medidas estatais tendem a ignorar as inúmeras nuances presentes nos diversos contextos existentes e, além de gerar distorções, acabam propondo soluções menos eficientes que as resultantes da ordem espontânea do mercado.

Não devemos depositar nossas esperanças nos planejadores estatais, pois, assim como escreveu Thomas Sowell:

“A primeira lei da economia é a escassez. A primeira lei da política é ignorar a primeira lei da economia.” [10]

Referências do capítulo

- [1] Bastiat, Frederic. **The Bastiat Collection**. Vol 1. Auburn: Ludwig von Mises Institute, 2007, p.2, tradução nossa.
- [2] Ibid., p.3.
- [3] Hazlitt, Henry. **Economics In One Lesson**. Harper & Brothers, 1952, p.109, tradução nossa.
- [4] HAYEK, Friedrich A.. **O uso do conhecimento na sociedade**. Disponível em: <https://www.mises.org.br/Article.aspx?id=1665>. Acesso em 12 de setembro de 2020.
- [5] Hazlitt, Henry, op. cit., p.112.
- [6] HAYEK, Friedrich A.. **A Free-Market Monetary System and The Pretense of Knowledge**. Auburn: Ludwig von Mises Institute, 2008, p.55 e 56, tradução nossa.
- [7] Ferguson, Adam. **An Essay on the History of Civil Society**. Disponível em: <https://oll.libertyfund.org/titles/ferguson-an-essay-on-the-history-of-civil-society>. Acesso em: 21 de setembro de 2020, tradução nossa.
- [8] HAYEK, Friedrich A., op. cit.
- [9] Ibid.

[10]<https://naoquebrea janela.wordpress.com/2012/07/01/thomas-sowell-legado-2/>

Valor e subjetivismo

I

A evolução da civilização humana apresenta, como uma de suas características marcantes, a transformação de seu pensamento. As diferentes áreas do saber, com suas fronteiras nem sempre bem definidas, se inter-relacionam para compor o que entendemos por conhecimento humano.

No final do século XIX, surge na Europa o que posteriormente veio a ser conhecida como a “Revolução Marginalista”. Marie-Ésprit-Léon Walras (1834–1910), William Stanley Jevons (1835–1882) e Carl Menger (1840–1921) desenvolveram conceitos que se tornaram a base da economia neoclássica e do *mainstream* econômico atual. A Escola Austríaca de Economia nasce fruto desse evento. A revolução marginalista marca uma mudança profunda nas ciências econômicas, pois modifica um de seus conceitos-chave: o valor.

Uma importante observação: alguns austríacos distinguem entre valor de uso objetivo/subjetivo e valor de troca objetivo/subjetivo. Essa distinção, contudo, não será analisada em detalhes aqui. Valor subjetivo de uso

diz respeito à importância em uso que o indivíduo confere a um determinado bem. Valor subjetivo de troca versa sobre a importância individual dada a um bem em relações de troca. O valor objetivo de uso é relativo às características e possibilidades de uso do bem, que podem servir de base para a sua apreciação subjetiva. O valor objetivo de troca, tendo como lastro a valorização subjetiva, pode ser definido como sendo o preço. Em relação ao valor objetivo de troca e ao preço, existem diferenças entre os dois conceitos, mas podemos encarar como secundárias para a análise atual. Quando me referir ao valor, estarei me referindo aos valores subjetivos.

Dos marginalistas supracitados, será destacado aqui o terceiro, bem como sua percepção acerca da natureza subjetiva do valor e sua teoria da imputação. Para a escola austríaca de economia, os bens não são homogêneos. Os austríacos os dividem em bens de consumo e bens de capital. Como escreve Iorio, um bem de capital:

“[...] é cada uma das etapas intermediárias de cada processo de ação, subjetivamente consideradas dessa forma pelo agente. [...] é uma das etapas intermediárias da série em que se constitui todo o processo produtivo.” [1]

O mesmo autor acrescenta:

“Capital e bem de capital são conceitos distintos [...] O capital é o valor, calculado a preços de mercado, dos bens de capital, sendo a taxa de juros o fator de desconto.” [2]

Os bens de consumo, por sua vez, são os bens disponíveis para o consumo final. Os bens finais podem ser denominados de bens de primeira ordem e os bens de ordem mais alta (ou bens de ordem mais elevada) os utilizados em sua produção. Para clarear esses conceitos, vamos recorrer a um exemplo simples: para a produção de um smartphone, são utilizados metais, vidros, plásticos etc. O bem de consumo (ou de primeira ordem) é o próprio smartphone. Digamos que esse modelo tenha uma tela de LED, nesse caso, a tela é um bem de capital de segunda ordem. Os LEDs pertencentes à tela são bens de terceira ordem. A placa de circuito, que será a base dos LEDs, é o bem de quarta ordem, e assim por diante.

O valor não é uma propriedade do bem, mas algo subjetivamente atribuído a esse bem pelo seu comprador/consumidor. Diz Menger:

“[...] o valor, então, não é inerente ao bem, não sendo uma propriedade sua, mas a importância que damos para a satisfação de nossas necessidades.” [3]

Menger acrescenta:

“[...] não há conexão direta e necessária entre o valor de um bem e se, ou em que quantidade, trabalho e outros bens de ordem mais elevada foram aplicados em sua produção”. [4]

Um dos frutos dessa percepção acerca do valor é a chamada teoria da imputação. Essa lei versa sobre a origem do valor dos bens de capital (ordem mais alta) e nos diz que, nas palavras do próprio Menger:

“[...] o valor de bens de ordem mais alta é sempre, sem exceção, determinado pelo valor potencial dos bens de ordem mais baixa, produzidos por eles.” [5]

Voltando ao nosso exemplo: os LEDs utilizados na fabricação da tela apenas têm valor para o empreendedor (supondo que apenas produzam telas para smartphone) porque a tela (e o produto final) tem valor para alguém. O valor é imputado do fim ao início ou de baixo para cima.

II

Preço é diferente de valor. O leitor pode ser tentado a pensar que preço é uma medida de valor, mas isso não é verdade. Valor não pode ser mensurado por meios objetivos, como os preços. Nas palavras de Thomas Taylor:

“É por meio do processo de precificação gerado pelo mercado que a importância relativa dos vários recursos e bens de consumo é transmitida em termos comuns, na forma de preços monetários [...] esses preços monetário não são medidas de valor [...] preços são razões de troca que expressam o ranking das valorações colocadas sobre incrementos de bens, em um determinado momento, pelos participantes das trocas de mercado.” [6]

Para reforçar esse ponto, Jorge Iorio escreve:

“[...] preço é aquilo que você paga por algum produto que você deseja comprar e o valor é a satisfação que você acha que aquele produto vai proporcionar a você, caso o compre.” [7]

Em posse dessas informações, podemos fazer algumas constatações. Primeiramente, um bem pode ter um preço fixo (X), mas apresentar valores diferentes. Como o valor depende do indivíduo, indivíduos diferentes tendem a valorizar, de maneiras distintas, um mesmo produto. Mais ainda, um mesmo indivíduo pode alterar suas valorizações subjetivas ao longo do tempo, fato evidente quando consideramos esse indivíduo como um ser dinâmico. Estabelecidas as diferenças entre preço e valor, vamos introduzir um terceiro termo: dinheiro. Dinheiro não mede valor, bem como valor não é mensurado pelo preço. Para melhor esclarecer, vamos recorrer a um trecho presente na crítica que Ludwig von Mises (1881–1973) faz ao problema do cálculo econômico em uma economia planificada. Mises escreve que:

“O valor subjetivo que um dado bem tem para uma pessoa é um fenômeno puramente individual e, portanto, não pode ser imediatamente comparado ao valor subjetivo que esse mesmo bem tem para as outras pessoas. Isso só se torna possível quando se utiliza valores de troca, os quais surgem naturalmente da interação das valorações subjetivas de todos os indivíduos que participam da troca.” [8]

Mises complementa o raciocínio escrevendo que:

“O dinheiro não é um parâmetro de valor, tampouco de preço. Nem o valor e nem o preço são mensurados em dinheiro. Valores e preços são meramente representados pelo dinheiro. O dinheiro transmite o valor, mas ele não mensura o valor. Não há uma medida para um valor econômico. Não há uma maneira objetiva de se medir um valor subjetivo.” [9]

O valor não pode ser comparado de forma cardinal com outros valores, apenas de maneira ordinal. Se valores subjetivos forem transmitidos para algo que pode ser mensurado de maneira objetiva, o cálculo econômico torna-se possível. A importância do dinheiro está em sua capacidade de transmitir informações acerca da valorização subjetiva dos envolvidos nas trocas voluntárias, representando preferências relativas objetivamente.

Voltando ao nosso exemplo: supondo que o modelo de smartphone em questão tenha como preço R\$ 1.000,00. Esse preço é uma quantidade expressa em dinheiro, mas não mensura o valor do smartphone. Supondo que João vá à loja perto de sua casa para comprar esse smartphone. João paga o preço e leva o produto para a sua casa. O que

ocorreu aqui? João subjetivamente valorizou mais o smartphone que sua quantia em dinheiro, enquanto o vendedor valorizou mais os R\$1.000,00 de João que o smartphone ofertado. Como os dois participantes envolvidos, subjetivamente, terminaram a transação com mais valor que quando começaram, a troca aconteceu. O vendedor não precisa medir o valor que João confere ao bem que está sendo vendido, mas apenas saber se João confere mais valor ao bem ou à quantidade X de dinheiro que dispõe.

III

Como escreve Menger, os bens de capital apenas têm valor porque os bens produzidos por eles são valorizados pelos demandantes. O valor é transmitido de baixo para cima. O valor de uma mercadoria não depende da quantidade de trabalho nela contida, nem da qualificação dos trabalhadores envolvidos em seu processo de fabricação, do contrário, como os consumidores estão dispostos a pagar uma quantia maior de dinheiro pelo produto, faz sentido, na visão do empreendedor, a contratação de mão de obra mais qualificada. A qualificação não transmite valor à mercadoria. A maior valorização subjetiva, referente à mercadoria, confere valor à mão de obra empregada em sua produção.

O valor não é algo contido nas mercadorias, ele é uma avaliação inteiramente subjetiva realizada dentro das mentes dos compradores/consumidores dessas mercadorias. A mercadoria em si nem seria mercadoria sem a avaliação subjetiva dos indivíduos. Não queremos as coisas em si, mas o que elas nos podem proporcionar. A mercadoria apresenta características que a tornam propícia a ser valorizada por um indivíduo qualquer, contudo o valor não reside na mercadoria e nem a mercadoria é valor.

A fonte do valor não é o trabalho, mas a expectativa de satisfação individual. É um fenômeno psicológico, não sendo transmitido para um determinado objeto. Não deverá surpreender ninguém o fato de o produto final geralmente valer mais que a soma das matérias-primas utilizadas em sua fabricação. O ponto aqui é o seguinte: o trabalho não adicionou valor, mas possibilitou sua adição. O trabalho, por si só, não cria e nem transmite valor, ele apenas possibilita sua criação se, subjetivamente, o resultado desse trabalho também for valorizado pelo comprador/consumidor. Adicionalmente, não se deve considerar o preço como correspondente, equivalente ou proporcional a um período, mas uma relação entre quantias de produtos distintos que materializam preferências individuais no momento da troca. As

relações estabelecidas entre mercadorias diferentes não estão relacionadas ao trabalho empregado nelas, mas da apreciação subjetiva referente ao trabalho realizado e seus resultados. A criação de valor não se dá no ato da compra, mas os efeitos da valoração individual se mostram nela.

O valor subjetivo dado a um determinado bem de consumo não pode ser medido. Não existe medida objetiva para valor subjetivo. Preços representam relações e preços são, por sua vez, representados por quantias em dinheiro. O valor não pode ser medido quantitativamente de forma direta, apenas transmitido sob a forma de preferências, quando em comparação, portanto.

Referências do capítulo

[1] IORIO, Ubiratan Jorge. **Dez Lições Fundamentais de Economia Austríaca**, 1ª edição. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2013, p. 48.

[2] Ibid., p. 51.

[3] MENGER, Carl. **Principles of Economics**. Auburn. Ludwig von Mises Institute, 2007, p. 116, tradução nossa.

[4] Ibid., p. 146, tradução nossa.

[5] Ibid., p. 150, tradução nossa.

[6] TAYLOR, Thomas C.. **An Introduction to Austrian Economics**. Auburn. Ludwig von Mises Institute, 2008, p. 25, tradução nossa.

[7] IORIO, Ubiratan Jorge, op. cit., p. 18.

[8] MISES, Ludwig Von. O cálculo econômico sob o socialismo, 1ª edição. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2012, p. 24.

[9] Ibid., p. 25.

O erro dos anarquistas e libertários de esquerda

I

Ao longo da história, surgiram diferentes grupos denominados “anarquistas” ou “libertários”. Por vezes, nomes parecidos designavam movimentos significativamente distintos, por outras, diferentes nomes mascaravam mudanças imperceptíveis entre as ideologias. Mais importantes que nomes, porém, são os pontos de defesa e os pormenores da fundamentação utilizada por seus integrantes. No conhecimento popular, porém, anarquia é sinônimo de degeneração e baderna.

As formas mais conhecidas de anarquia são as de vertente de esquerda, que lutam não apenas contra o poder e dominação estatal, mas contra o capitalismo e a própria noção de propriedade privada.

A existência da propriedade, tanto no contexto dos meios de produção quanto dos bens de consumo, mostra-se de fundamental importância para a manutenção dos direitos individuais, principalmente em escalas cada vez maiores de complexidade das sociedades e relações humanas. Esse sistema, contudo, pode ser corrompido

pela formação de uma classe dominante, o que deve ser encarado como uma perversão do sistema, não como parte fundamental de sua natureza de funcionamento.

Em essência, conflitos surgem por divergências relativas ao uso de bens escassos. Caso houvesse abundância infinita, conflitos não tenderiam a surgir. Como no mundo real os bens são escassos, as vontades dos indivíduos tendem sempre a superar a quantidade de bens existentes. O estabelecimento (e garantia) do direito de propriedade, desde tempos antigos, é utilizado para a resolução de conflitos. A propriedade privada não apenas tem capacidade de evitar e de resolver conflitos, mas de criar um ambiente favorável ao crescimento social, fundamentando a coordenação entre os diferentes seres agentes, bem como estabelecer regras de comportamento, sendo a base de ações consideradas legítimas.

II

De maneira geral, preferência temporal pode ser traduzida para o português como sendo a “preferência pelo agora, frente à preferência pelo futuro.” Caso o indivíduo tenha alta preferência temporal, isso se traduz em uma maior propensão pelo agora (consumo), quando

comparado ao amanhã (poupança e investimento). A recíproca é verdadeira.

O conceito anterior pode parecer banal, mas suas implicações são transcendentais. A preferência temporal está no cerne do crescimento econômico. O que possibilita o crescimento de uma economia são os somatórios dos processos de criação e transformação de A em B, por meio do trabalho.

Podemos, então, perguntar: como o empreendedor adquire os meios necessários para a produção? Por meio da renúncia ao agora. Explico: caso a totalidade da riqueza presente na sociedade estivesse, de alguma maneira, alocada para o consumo, o que seria produzido por essa sociedade? Nada, pois produção pressupõe renúncia ao agora para, depois, colher seus frutos. Para haver produção é necessário haver riqueza não utilizada em consumo.

Munido da riqueza voluntariamente entesourada por terceiros, ou proveniente de seus próprios esforços, o empreendedor constrói linhas de produção para fabricar os bens de consumo demandados. Os recursos que o capitalista toma para si não deixam de existir, eles apenas mudam de mãos, sendo movimentados no mercado ao longo do tempo e sob novas formas, possibilitando futuros

incrementos de valor subjetivo, inclusive, em outros contextos.

O empreendedor, por meio de trocas formalmente estabelecidas, proporciona um caminho para a prosperidade mútua. O lucro possibilitará, aos donos das empresas, consumir, e, por esse motivo, deixará as mãos dos capitalistas que o acumularam. O lucro de um empreendedor acaba fazendo parte da receita de outro. Para poder demandar, você deve ter ofertado algo anteriormente e todos os indivíduos presentes em uma sociedade capitalista fazem parte do mercado, sendo a mudança de proprietários uma das características mais fundamentais do dinheiro em circulação. A economia não é um jogo de soma zero, mas uma dinâmica constante entre competição e cooperação.

Da preferência temporal se deduz o fato de bens futuros não apresentarem, geralmente, o mesmo valor que bens presentes. Uma quantia X de dinheiro, no momento presente, tende a alterar seu valor em momento futuro. A inflação pode interferir nesse processo valorativo, mas engana-se o leitor se apenas considera a diferença sob esse ponto de vista. O valor tende a se alterar, também, por fatores não contábeis, como os relativos à mudança na capacidade de satisfação imediata das demandas individuais. Não devemos esperar, então,

que bens futuros tenham o mesmo valor subjetivo que bens presentes.

O capitalista, além de arcar com os custos de produção (matérias-primas, maquinário, instalações, custos impostos por legislação, etc.), também tem o tempo como gerador de incerteza. Não sabe, o empreendedor, se o que foi produzido será vendido, nem por qual preço. O processo de produção sempre tem embutido, em sua própria natureza, a incerteza, não contendo, inclusive, a certeza da adição de valor possibilitada pelo trabalho realizado, pois essa valorização apenas se expressará no ato da compra, que pode nem vir a acontecer. A criação e manutenção de uma empresa no mercado competitivo apresentam desafios consideráveis para qualquer capitalista.

A diferença entre o valor de uso e o valor de troca do capital variável pode ser considerada como a passagem de valores futuros para valores presentes e o lucro que advém da atividade empreendedora, levada a cabo pelos donos da empresa, pode ser encarado como o retorno sobre o capital investido.

Vejamos como Huerta de Soto entende esse processo:

“Sempre que o agente percebe que deseja um certo fim e descobre e seleciona determinados meios para o alcançar, renuncia, ao mesmo tempo, perseguir outros fins que, para ele, ex-ante, têm um valor menor, e que acredita que poderiam ser alcançados utilizando os meios à sua disposição de outra forma. Chamaremos custo ao valor subjetivo que o agente dá aos fins a que renuncia quando decide adotar um determinado curso de ação. Ou seja, a ação implica sempre renúncia; o valor que o agente dá ao àquilo a que renuncia é o seu custo, e, na essência, este consiste numa valoração, estimativa ou apreciação puramente subjetiva. Em princípio, todo o ser humano age porque, subjetivamente, considera que o fim a que se propõe alcançar tem para ele um valor superior ao custo no qual pretende incorrer, ou seja, porque espera obter um lucro empresarial. O lucro é, assim, o ganho obtido pela ação humana e constitui o incentivo que provoca ou motiva a tomada de ação. Nas ações sem custo, o valor subjetivo do fim e o lucro coincidem.” [1]

III

Os frutos da acumulação de capital não ficam nas mãos do capitalista. O capitalismo não tende a concentrar cada vez mais o capital em um número reduzido de indivíduos, pelo contrário, os lucros obtidos no processo de criação de valor se movimentam por toda a economia, possibilitando que outros empreendedores criem e expandam suas empresas, recomeçando o ciclo. A quantidade de riqueza de um capitalista pode ser nominalmente dele, mas isso não significa que ela está disponível para ele a qualquer momento, nem que ela está, de alguma forma, represada fisicamente.

Em um mercado com elevado grau de liberdade, os empreendedores apenas se manterão competitivos caso, constantemente, atendam às demandas dos consumidores. Mesmo que o capitalista aja por interesses próprios; mesmo que ele apenas queira acumular dinheiro infinitamente; mesmo que não tenha muita consideração com outras pessoas; para ganhar dinheiro em um mercado com alto grau de liberdade, ele deverá satisfazer desejos alheios.

Supondo uma empresa com lucro de R\$1.000.000 no último exercício. Supondo que parte desse lucro seja reinvestido na própria empresa para a criação de uma

nova linha de produção (digamos, R\$ 500.000), a outra metade ficará livre para os donos consumirem ou investirem onde acharem necessário. Supondo alguns cenários, caso:

- Os donos decidam investir na bolsa de valores, ajudarão indiretamente empreendedores que nem mesmo são conhecidos por eles, podendo contribuir para o capital de giro e, inclusive, com o pagamento do salário dos funcionários dessas empresas;

- Os donos desejem comprar alimentos, remédios ou algum luxo qualquer para si mesmos ou para seus familiares, ajudarão indiretamente outros empreendedores em seus respectivos processos produtivos, inclusive, com o pagamento de salário dos funcionários dessas empresas;

- Os donos desejem gastar todo o dinheiro em viagens ou luxos mais extravagantes, ainda assim, ajudarão indiretamente outros empreendedores em seus respectivos processos produtivos, inclusive, com pagamento de salário dos funcionários dessas empresas.

O foco do capitalismo não está nas mercadorias, mas nas pessoas que terão seus desejos atendidos por elas. Mesmo o mais avarento dos capitalistas não enxerga no

dinheiro, e sim na satisfação subjetiva, o seu objetivo final. O fim do sistema capitalista não é acumular capital indefinidamente, este é seu meio de ação. O resultado não é o acúmulo pelo acúmulo, mas a utilização desse acúmulo como base para o progresso em sua forma descentralizada e não uniforme.

Um ponto importante: assim como indicou Mises, mesmo em uma sociedade na qual o capitalismo tenha sido superado, o controle sobre os meios de produção não será exercido pela totalidade dos trabalhadores. Não temos motivos para acreditar que as decisões também serão tomadas por todos. Os bens de produção serão nominalmente de todos, mas nem todos terão poder decisório, fato que incentivará o surgimento de um novo tipo de desigualdade social.

O objetivo do mercado, capitalista ou não, é o de atender demandas diversas, não de fazer julgamento de valor em relação às demandas atendidas. A função do mercado é a de atender os desejos de seus participantes, em maior ou menor grau, não importando que esses desejos sejam puramente fúteis ou prejudiciais aos próprios demandantes. O mercado pode ser utilizado de formas negativas e, inclusive, destrutivas, não podendo, no entanto, ser culpado por isso, afinal, ele está cumprindo o seu papel.

Problemas que muitas vezes são atribuídos ao mercado, e até ao sistema capitalista, na realidade têm origem diversa. Críticas ao sistema como um todo, derivadas de seu mau uso em determinadas situações, não agregam muito ao debate. Seria como deixar de criticar uma igreja que engana seus fiéis e passar, em vez disso, a criticar a própria existência da religião.

IV

Entendido como um sistema de trocas voluntárias, acúmulo de capital e geração descentralizada de riqueza, o capitalismo mostrou-se capaz de impelir a humanidade a um nível de prosperidade nunca visto. A desigualdade apresenta-se como aspecto natural à civilização humana, não sendo produto do capitalismo. O sistema capitalista puro (de livre mercado) mostra-se como uma poderosa ferramenta de criação e distribuição de riqueza, porém, naturalmente, de maneira desigual.

Referências do capítulo

[1] DE SOTO, Jesús Huerta. **Socialismo, Cálculo Econômico e Função Empresarial**, 1ª Edição. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2013, p. 40.

Poder: origens psíquicas e sociais

Em análise, pode-se culpar a corrupção do poder pelos momentos de maior destruição pelos quais passou a humanidade. Em oposição às destruições causadas por eventos naturais, a humanidade torna-se criadora e perpetuadora de muitos de seus problemas.

O poder de um indivíduo apresenta limitações substanciais, o que o impede de causar dano generalizado e em grande escala. O mesmo não pode ser dito do poder institucionalizado, por ser lastreado em estrutura externa ao indivíduo, estrutura essa que o possibilita transpor limitações quanto a capacidade de gerar violência.

Para entender como surge o poder, devemos analisar o tema sob duas perspectivas: sociológica e psicológica.

Na perspectiva sociológica, a origem do poder pode ser encontrada na crença e no medo. Crença na autoridade e medo das consequências de desobedecê-la, independentemente de serem baseadas na realidade ou apenas fruto da crença individual.

A crença no poder exercido por alguém faz parte de um sistema de retroalimentação positiva, pois a crença

alimenta o poder, que alimenta a crença. Nenhum ser humano detém poder de fato para dominar ou ditar as ações do outro, apenas se o outro aceitar, voluntariamente ou por coação, obedecer suas ordens. O poder de todos os ditadores provém dos indivíduos que estão abaixo dele na escala hierárquica. A crença não apenas alimenta, mas cria e perpetua o poder exercido. A crença não apenas surge com a aceitação do poder e de características que transcendem a mera humanidade, mas mesmo o que não crê ser legítima a autoridade é pressionado pela crença a obedecê-la. A ameaça é mais eficaz que a própria violência. A manutenção de violência generalizada é muito mais custosa que a manutenção da ameaça.

Sob a perspectiva psicológica, podemos dividir a busca pelo poder como proveniente de duas grandes forças motrizes: medo e arrogância.

O ser percebe, na realidade que a ele se apresenta, um mundo muito maior que ele mesmo, uma sociedade muito mais complexa e incapaz de ser totalmente compreendida por sua mente, medos e incertezas como inerentes à sua existência. A sensação de não estar no controle de sua própria vida o amedronta. A busca por segurança o leva à busca por controle. Controle sobre os outros, sobre aquilo que teme, sobre aquilo que não deseja que o prejudique.

De um ser passivo, passa a almejar ser ativamente controlador da realidade que o cerca. A insegurança o incentiva a buscar pela acumulação de poder. Deseja ser notado, deixar sua marca no mundo e na história. Quer mostrar ao mundo que sua existência não foi desprovida de significado.

Assim como o medo e a insegurança gerados pela incerteza, forças igualmente incentivadoras podem ser encontradas na arrogância e no narcisismo de um indivíduo. Crê ser superior aos demais, que os outros devam servi-lo. Tem o direito de dominar, afinal, não se vê como pertencente à mesma categoria dos outros seres humanos.

Ambas as perspectivas, que iniciam analisando o mundo para o indivíduo ou o indivíduo para o mundo, com seus respectivos focos de importância, mas nem sempre linhas divisórias bem delimitadas, têm capacidade de impulsionar a busca por poder, bem como a busca por sua perpetuação.

A existência do poder em contexto social não tem capacidade imediata de violar a ética. O alvo da crítica aqui explorada não está em sua existência, mas nas particularidades de seu uso. Poder, hierarquia e riqueza surgem naturalmente de dinâmicas sociais voluntárias. A

violação ética, e o começo dos problemas, demanda noção de desigualdade de direitos entre os diferentes indivíduos presentes no contexto social.

Sobre a origem do poder estatal

I

Contrariamente à crença de muitos, o estado não surgiu de uma vontade coletiva de sair de um estado de anarquia, por meio da abdicação de alguns direitos em prol de proteção e segurança, visto que a sociedade não pode se estabelecer em um regime de perpétua luta e conflito, em um território sem leis. Do contrário, as bases para o crescimento civilizacional não surgiram por causa do estado; o estado não criou a ordem social, ele a corrompeu para perpetuar seus interesses.

Em oposição às comunidades, sociedades e nações, o estado não pode se perpetuar de forma espontânea e voluntária. O poder estatal é exercido de forma institucionalizada, por meio de estrutura (física e mental) que o fundamenta. A mais poderosa arma nesse contexto de utilização e perpetuação do poder é a capacidade de convencimento das massas. Como a classe dominante, necessariamente, precisa ser significativamente menor que a classe explorada, sua capacidade de exercer força física nunca conseguirá superar a capacidade de seus súditos. Estará sempre em posição desvantajosa para realizar o controle sistemático de uma região. Seu modo

de ação, então, não encontra os elementos suficientes na esfera física, devendo encontrar seu mais poderoso fundamento no contexto psicológico daqueles que deseja controlar.

Por sua natureza inerentemente parasitária, o estado precisa de estrutura social preexistente para poder sustentar a existência de uma classe dominante. Toma para si e subverte conceitos, dinâmicas e instituições criadas por meio da cooperação entre indivíduos; corrompe a ordem social vigente.

Todo o estado surge, necessariamente, por meio da violência e ameaça, mesmo que para isso, tenha se aproveitado de dinâmicas voluntárias e pacíficas anteriores. Sementes voluntárias podem ser a base para o cultivo da imposição. Após ter sido implantado, no entanto, apenas capacidade de violência não é suficiente, mesmo ainda sendo necessária para a sua perpetuação. Para isso, a mentalidade presente na classe de indivíduos dominados deve ser alterada.

II

Os grandes filtros de evolução têm a capacidade de impedir o avanço das espécies. Variados em existência,

não se limitam às catástrofes naturais imprevisíveis ou a eventos cósmicos fora de nosso controle. Um exemplo pode ser encontrado bem mais próximo de nós. Tão próximo que o consideramos banal. Banal a ponto de geralmente não percebermos sua presença: a mentalidade coletivista.

Talvez o maior dos filtros possa ser encontrado na própria espécie que deseja superá-lo. O avanço tecnológico não apenas concede maior potencial de criação a uma espécie, mas de destruição também. Caso o avanço tecnológico não seja acompanhado por um avanço na mentalidade presente nas sociedades, contudo, o destino destas pode vir a ser o total e absoluto colapso.

Um número considerável de barreiras que afligem a nossa existência são autoimpostas, significando estar em nós, o motivo de sua perpetuação.

Não está no estado a existência de um grande filtro, mas na mentalidade que o lastreia. Na inabilidade em se abster dos processos impositivos. Na incapacidade de compreender que todos os humanos detêm os mesmos direitos. Aqueles que tentam impor sua vontade, implicitamente indicam crer possuir direitos que os demais indivíduos não possuem.

O mundo que a nós é apresentado não pode ser dissociado da interpretação que fazemos dele. A interpretação permeia todo o nosso entendimento da realidade. Caso todos os indivíduos queiram impor suas vontades e visões de mundo nos demais, o que resultará será uma sociedade fragmentada, frágil e repleta de ódio.

Para o surgimento de qualquer estado são necessárias apenas duas coisas: a mentalidade propícia e os meios físicos necessários para concretizá-la.

A mentalidade pode ser dividida em duas: a dos dominadores e a dos dominados. Como diz Harold Barclay:

Nenhum estado se desenvolveria caso não houvesse propensão por parte de, pelo menos, alguns indivíduos em conseguir poder sobre outros e, ao mesmo tempo, o condicionamento da grande maioria da população a submeter-se ao poder de alguns.” [1]

Ambas envolvem a noção de direitos desiguais.

Os meios físicos, podemos dividir em agentes e não agentes, sendo um exemplo do primeiro as forças policiais e, extensões de terra, do segundo. Ao conjunto de meios

físicos da classe “agentes”, denominamos “pessoas” ou “população”. Outros exemplos de não agentes são o dinheiro e as armas, utilizados como instrumentos na dinâmica estabelecida.

Por se vestir em seu espesso manto demagógico, o estado esconde sua verdadeira natureza e seus verdadeiros objetivos, passando a ser visto como um salvador, como um ente transcendental que fundamenta a ordem social, como garantidor de direitos. Um provedor, não um dominador. Estão criados, assim, os princípios de sua perpetuação.

Para se entender um estado, não se pode ignorar a população que domina. Para se entender a população dominada, não se pode deixar de analisar o estado à qual se submete. Os estados são o reflexo das sociedades que dominam, enquanto auxiliam em seu molde e construção.

O problema, contudo, não é o estado, mas a mentalidade que fundamenta sua dinâmica de poder.

III

A realidade na qual vivemos foi construída pelos detentores do poder, a fim de perpetuá-lo. A ilusão é profunda e multifacetada, tanto para membros da população geral quanto para os próprios indivíduos pertencentes ao estado. O sistema de poder foi aprimorado ao longo dos milênios, tendo tomado para si diferentes aspectos da vida cotidiana e monopolizado tarefas e serviços que antes eram vistos como papel da família e da comunidade. Assim, lentamente infiltrando-se nos diferentes meandros da vida social e da realidade econômica existente, a classe dominante não apenas adquiriu nível de poder diferente em patamar que o restante da população; fez germinar um sistema estável de manutenção do poder adquirido, com capacidade de se retroalimentar e fortalecer continuamente a ilusão que o torna possível.

Crises no sistema de dominação nada mais são do que passageiras, sendo resultantes das próprias contradições internas inerentes ao sistema, não propriamente um abandono ou afastamento de seus princípios. Crises causadas pela irracionalidade do sistema servem de motor para incentivar a atualização e remodelagem da estrutura de poder. O sistema parasitário de dominação

generalizada não deixa de existir, ele se readapta para os novos tempos, para poder absorver as novas tecnologias e mudanças sociais. As mudanças devem permanecer dentro de seu escopo de atuação, contudo, para manter vivo o seu controle.

Não pretendo com isso, no entanto, dizer que a elite global, desde os primórdios de sua implementação, contém os mesmos membros ou famílias, claramente não é o caso, mas as mudanças ocorridas nos últimos milênios apenas foram suficientes para substituir os membros da elite, não para destruir o sistema de dominação propriamente dito. Mudam-se o contexto, as relações sociais, os padrões econômicos e as dinâmicas cotidianas, mas permanece quase inalterada a mentalidade de dominação.

Muitos indivíduos creem que esse sistema de castas seja incorreto, contudo, um mau necessário, admitindo, sem perceber, a necessidade social de algo que constitui uma perversão dos princípios que tornam a sociedade possível.

Parte considerável do conhecimento humano está em sua forma tácita. Adicionalmente, o conhecimento não está concentrado em um único indivíduo ou grupo de

indivíduos, encontrando-se disseminado pelas inúmeras mentes que compõe uma sociedade.

A existência e a perpetuação do estado constituem contradições insuperáveis. Um estado, que age por meio da centralização e violência, tende a destruir as bases de descentralização e cooperação que o tornam possível. Crises cíclicas são esperadas nesse tipo de dinâmica contraditória, devendo o estado, então, ajustar suas forças de ação para tentar controlar as consequências do uso de seu poder. O estado não foi criado por meio do planejamento de um grupo de indivíduos, foi resultado de um longo processo de desenvolvimento social e econômico, pautado na dinâmica de poder. Foi obra humana, mas não nasceu do desenho humano.

Adicionalmente, o tamanho da crise não indica maior ou menor tendência de mudança na dinâmica de dominação. Caso os elementos da perpetuação do poder ainda existam, uma nova iteração surgirá. Para quebrar esse ciclo, então, é necessário que um dos fatores não mais esteja disponível. Como os meios físicos não impõem significativa oposição, resta a mentalidade para a quebra do ciclo.

Para a elite, problemas como a degradação moral e a generalização de conflitos entre os diferentes grupos da

sociedade não constituem situações indesejadas, do contrário, mostram-se como oportunidades para o aumento de seu poder.

Tornar as pessoas vulneráveis e confusas é um dos pontos mais importantes na busca pela dominação de um grupo. Pessoas enfraquecidas projetam suas esperanças naquele com mais poder de convencimento. Uma comunidade forte, com bases familiares e morais sólidas, não apresenta terreno fértil para o controle psicológico. Nesses casos, resta a força. Tendo tomado para si o controle de uma região, os dominadores, agora, devem trabalhar para manter seu poder. Destruir as bases sociais, colocando-se como o novo esteio moral, é caminho não só possível, mas desejado.

Os detentores do poder, por meio de seus símbolos e rituais, creem ser e pertencer a algo diferente. Uma estrutura diferenciada. Elevam-se como se algo além de humanos fossem, em um devaneio narcisista. Por meio de suas perversões, são capazes de executar atos apenas limitados por seus desvios psíquicos.

A nossa visão de mundo é limitada, não apenas temporalmente, (devido ao caráter efêmero de nossas existências), mas espacialmente e em grau de complexidade e detalhamento. Nossa realidade é apenas

uma pequena fração do que existe. Vivemos, de certa forma, cada um em nosso mundo. Para ter acesso ao que acontece fora de nossa mais próxima esfera, necessitamos de informação proveniente de fora dela. Para essa informação se tornar conhecimento, é necessário confiança.

Como os principais meios de transmissão de informações são totalmente controlados por seres humanos, é esperado que seus próprios interesses infectem a realidade que a eles chega. A mera transmissão é impossível, pois para haver transmissão é necessária prévia interpretação. Como o poder cooptou os veículos de comunicação, inserindo-os em sua dinâmica de perpetuação, o que chega até nós muitas vezes se trata apenas do que querem que nós saibamos, a fim de moldar nossas crenças e, por conseguinte, nossas ações.

Enganar, mentir, utilizar outros como objetos, brincar com sentimentos e esperanças são práticas comuns em pessoas que buscam poder. Para seus reais detentores, sendo essa a noção inicial ou não, a vida humana não é vista com o devido valor. A vida alheia apenas existe para satisfazer suas vontades e seus desejos. Posições elevadas na classe dominante exigem nível considerável de sadismo.

Referências do capítulo

[1] BARCLAY, Harold. **The Origin of the State**. Capítulo 3 condensado de “O Estado”. AJODA #61, vol. 24, no. 1, 2006. Disponível em: <https://theanarchistlibrary.org/library/the-origin-of-the-state>. Acesso em 22 de dezembro de 2020, tradução nossa.

As consequências da perversão do poder

I

Por seu caráter parasitário, a elite necessita da classe mais baixa. Deve mantê-la sob controle, deve criar inimigos para culpar por seus erros, deve criar ameaças para expandir seu poder. Deve tratar o ser humano como mero objeto, apenas como meio para satisfazer seus desejos.

A criação de novos problemas, a perpetuação dos já existentes, a criação de barreiras artificiais para as suas resoluções e o aumento de suas proporções são práticas comuns. Problemas ganham relevância proporcional à sua importância política.

II

Desde que as condições históricas, econômicas e sociais se tornaram favoráveis, a humanidade foi largamente dividida entre expropriadores e expropriados. A dinâmica foi alterada diversas vezes ao longo dos milênios, mas seu fundamento não foi alterado de forma

significativa. O ser humano conseguiu alterar o contexto no qual está inserido de maneira substancial desde o início da civilização, mas, em relação à sua essência, as alterações foram significativamente menos pronunciadas, por esse motivo, podemos analisar a história da evolução humana sob uma base comum: a ação humana e sua relação com as dinâmicas de obtenção e perpetuação do poder.

Ao longo da história, a classe dominante de uma região empregou diferentes artifícios para manter o controle sobre os demais indivíduos. Como anteriormente explorado, a crença na superioridade de certa parcela de indivíduos é parte fundamental da mentalidade que aceita e defende a relação estabelecida. Certo momento, o estado percebeu que tomando para si a tarefa de educar as novas gerações, poderia aprimorar o processo de condicionamento. Como cada geração inicia sem conhecimento prévio acerca do mundo e realidade que encontra, desde cedo, o monopólio da educação confere vantagem substancial à perpetuação do poder pela classe dominante.

Escolas aprovadas pelo sistema, com conteúdo, professores e materiais previamente aprovados criam a ilusão de educação, enquanto promovem obediência, respeito à autoridade e uniformização dos indivíduos.

Parte fundamental, o controle econômico é utilizado para consolidar e manter o poder da elite. Riqueza e poder sempre andam lado a lado. O estado cria moeda própria e impede o surgimento de concorrentes, mantendo, assim, controle privilegiado nos fluxos de riqueza. A inflação, fenômeno percebido desde os tempos romanos, vai além da mera flutuação nos processos de mercado. É um fenômeno monetário que representa a manipulação sistêmica da moeda.

A elite necessita perpetuar seu poder, por isso, necessita do controle dos meios de transferência de riqueza. O estado toma para si o monopólio legal do controle do dinheiro e da moeda. Em seu processo doentio de acumulação de poder, surge a necessidade de aumentar o roubo institucionalizado, seja para violência pura e explícita (como no caso de conquista de novos territórios) ou violência velada, como em sistemas compulsórios de redistribuição de valores.

A tomada compulsória de valores, contudo, apresenta limite de aceitação. O estado, então, como detentor autointitulado do direito de manipular os meios de troca, inicia processos a fim de atender seus próprios objetivos. A inflação é o resultado natural. A expansão da base monetária provê meios imediatos de aumento de poder. A corrupção do meio de troca faz parte do jogo de

dominação, bem como a corrupção do processo educacional (e conseqüente mentalidade), da prestação de serviços de saúde, dos serviços de segurança, da família e das relações sociais.

O poder, assim como a riqueza, pode ser adquirido de duas formas diametralmente opostas. Se, por um lado, o indivíduo pode elevar sua condição por meios de trocas voluntariamente acordadas e esforços de origem empreendedora em uma realidade de incertezas, pode, também, obter poder por meio do uso da violência, da conspiração e do medo. Não é incomum que indivíduos com caráter questionável cheguem a posições de poder, pois, os incentivos favoráveis estão presentes nesse processo. O poder corrompe os fracos de espírito e, frequentemente, não está relacionado com moralidade de elevada estatura.

Agentes estatais querem, primeiramente, garantir seus interesses e, para isso mentir e negociar ganhos ocultos são práticas corriqueiras. Não se deve ficar surpreso com esse tipo de conduta, pois não se trata de perversão dos princípios, mas o comportamento esperado. Distingo agentes estatais de indivíduos pertencentes à elite. Por vezes, um indivíduo pode fazer parte de ambos os grupos, mas isso não é necessariamente verdade. Agentes estatais, frequentemente, estão

realizando aquilo que os reais detentores do poder desejam que seja feito, conscientemente ou não.

A estratégia de dominação é complexa e variada. Para justificar o estado das coisas, é preciso passar a ideia de legitimidade. Intelectuais e meios de comunicação são corrompidos para vincular e difundir mensagens aprovadas que reforçam o sistema. O grande público, habituado a consumir informação de um reduzido número de plataformas ou publicações, torna-se alvo fácil para a distorção da realidade.

III

Não apenas do controle dos fluxos de riqueza vive a classe dominante, os fluxos de informação são igualmente importantes. Informação é poder. Aquele que a detém torna-se capaz de realizar o que outros não são. Tendo sob o seu controle os veículos de comunicação e, conseqüentemente, o fluxo de informações que chega ao público geral, a elite cria narrativas para mascarar suas ações, bem como aumentar seu capital político, a fim de prosseguir com seus planos. Medidas impopulares geralmente o são por efeito do contexto no qual estão inseridas. O poder de controlar a informação mostrou-se capaz de determinar, na mente da classe dominada, o que

é real, o que é correto e o que deve ser feito. A criação de uma classe dominante foi resultado natural da descoberta por um seleto grupo de indivíduos das maneiras de utilizar a própria natureza humana contra os indivíduos. O medo e a incerteza conferem poder à elite, em seus mais variados meios de ação.

Chegar ao poder é diferente de mantê-lo, assim, a elite necessita de estratégias sofisticadas para garantir sua sobrevivência. Sofisticadas em detalhamento e mecanismo de ação, mas primitivas em fundamento, pois, em essência, exploram a corrupção do comportamento humano.

Muitos encaram as forças policiais e as forças armadas como protetoras da população, sendo, na verdade, meios utilizados para a proteção da classe dominante frente aos membros da população dominada e proteção da classe parasitária contra a agressão de outras classes parasitárias, respectivamente.

Forças de proteção legítimas não iniciam agressão contra indivíduos não agressores, não cumprem ordens que ferem direitos fundamentais, nem utilizam sua força e poder para obter ganho próprio. Com isso, pode-se facilmente concluir que as forças de proteção existentes em nossa realidade não são legítimas, pois, mesmo que

eventualmente realizem efetiva proteção de indivíduos, essa realização não constitui sua principal tarefa, nem seu principal propósito.

Os agentes de segurança constituem o braço armado do estado. São eles que aplicam as leis sancionadas pelos burocratas. É por meio da força que empregam que intimidam e obrigam o cumprimento das vontades da elite. Os agentes armados não servem à população, mas aos donos do poder.

O estado persegue indivíduos que denomina de criminosos, mesmo sendo ele o maior criminoso de todos. O estado, por meio de seus órgãos e agências, constitui o maior aparato criminoso já inventado pelo ser humano. Criminosos são os que competem pelo controle dos recursos humanos. Criminosos são os que desrespeitam suas ordens. Criminosos são todos aqueles que expõem sua verdadeira natureza. Errados são os que apontam seus erros ou pretendem repeti-los.

Analisando o fenômeno de controle das elites por meio das forças armadas, os motivos podem ser divididos entre medo, crença ou pura obediência. Antes da existência do que conhecemos como estado, não existia o que conhecemos como guerra. As principais tragédias humanas ocorreram não apenas com a ajuda do estado,

elas seriam inteiramente impossíveis caso ele não existisse.

Fronteiras são linhas imaginárias delimitadas por indivíduos que creem no seu direito de governar uma determinada região. Fronteiras representam os limites de um território dominado. As fronteiras mundiais chegaram ao estado atual, por meio de muito sangue derramado em uma disputa interminável por poder. A classe dominante de uma determinada região delimita seus domínios. Caso outra classe dominante não concorde com isso, os dois lados podem resolver com acordos ou via bélica. Note, não os povos, mas a classe dominante.

Disputas entre elites criam conflitos armados, com gravidade diretamente proporcional ao grau de alienação das massas. A distinção de lutar pelo estado, pelo povo ou comunidade ao qual o indivíduo pertence, depende do nível de fusão que conceitos importantes como nação, país, povo e estado possuem em certa região. Comumente, com o passar do tempo, as divisões entre nação e estado começam a se esvaecer, a proteção da nação, então, passa a ser a proteção do estado, ou seja, a proteção do povo torna-se a proteção da classe dominante.

IV

Como escrito anteriormente, fronteiras são linhas imaginárias. Uma importante conclusão pode ser retirada desse fato: fronteiras, por si só, não indicam moralidade, capacidade ou virtude. Uma pessoa que nasce do lado direito de uma linha imaginária não é melhor (ou pior) que outra nascida do lado esquerdo. Pensar algo diferente disso não faz o menor sentido lógico.

Uma das armas mais poderosas utilizadas para a legitimação do estado é a criação de uma identidade nacional que o contém. Bandeiras, brasões de armas, hinos etc., são importantes ferramentas para glorificar os governantes e a autoridade estatal, bem como para criar na população uma sensação de pertencimento.

As semelhanças com a religião não são meras coincidências. O estado passa uma imagem de um ser superior, como algo acima dos demais. Esse ente poderoso, dotado de características que transcendem o mero indivíduo, passa a ser encarado como uma fonte de salvação. Inicia-se o culto aos governantes. Cultuam-se símbolos, rituais, datas, e heróis nacionais. Lentamente, o estado ganha força por meio das aparências.

Sem percebermos, começamos a julgar os indivíduos pelos países nos quais nasceram. Além disso, quando estrangeiros criticam o país no qual nascemos, tomamos como algo pessoal. Quando a comunidade internacional reconhece uma boa ação e profere elogios ao Brasil, nos sentimos felizes, pois estão falando do nosso país. Perceba como essa noção está enraizada em nós. Você não é o seu país, nem o representa, na verdade, o país nem pertence a você, você apenas nasceu em um território delimitado por linhas políticas imaginárias.

Passamos a ter orgulho de ter nascido deste lado de uma certa linha imaginária, imposta por indivíduos autoritários no passado. A sensação de pertencimento gera empatia e nos sentimos parte de algo maior do que nós mesmos. Em tempos de guerra, inclusive, esse sentimento pode instigar o aumento no número de tropas. O governante, no entanto, não menciona estar em seus próprios interesses o motivo do conflito.

O pertencimento deve ser em relação à comunidade a qual você pertence. Aos indivíduos que fazem parte da sua convivência e a sua esfera social, não uma construção artificial e imaginária criada para legitimar o poder de alguns.

V

Caso um indivíduo qualquer tente fazer o mesmo que o estado, ele é considerado criminoso. O que está por trás disso são as leis estatais que condenam seletivamente os comportamentos considerados. Algo antiético passa a ser correto pelo simples fato do juspositivismo conceder vantagens aos agentes do próprio estado.

Leis, decretos e normas emitidas pelo estado nada mais são que desculpas para a iniciação de agressão, nada seriam além de meros pedaços de papel caso não houvesse uma classe de indivíduos disposta a subjugar, pilhar e agredir membros pertencentes à classe de dominados.

Constituições não concedem direitos, eles foram meramente representados em suas páginas por meio da escrita. Nem todos os direitos presentes nas constituições, porém, são direitos reais. Alguns são meras palavras vazias, sem significado real. Um jogo de palavras com significado político. Direitos fabricados para a obtenção de poder político. Falsos direitos. Direitos não são criados por palavras escritas em um pedaço de papel. Direitos não são concedidos por legisladores. Direitos são inatos e perenes.

Em nossa sociedade atual, o estado detém o monopólio legal. O certo e o errado deixam de ser construídos racional e socialmente ao longo do tempo e passam a ser o que o legislador define. Esse tipo de poder confere aos legisladores a capacidade de alterar a vida de terceiros com um simples papel e caneta. Sendo monopolista, não há alternativa dentro do território considerado.

A maioria de nós concorda que monopólios são ruins para o consumidor. Monopólios tendem à ineficiência e à imposição de suas vontades nos consumidores, de modo a assegurar seus interesses. Quando falamos sobre monopólios privados temos a sensação de que algo deveria ser feito, mas tendemos a não dar muita importância para o fato do estado ser o maior monopolista de todos.

Um ato estatal lastreado na lei não adquire legitimidade por esse fato, por ser o próprio estado aquele que a sanciona, julga e demanda seu cumprimento. Legal não é sinônimo de correto e o mero ato de nascer ou permanecer em um país não provê legitimidade às ações efetuadas pelos agentes estatais.

A sociedade libertária é uma sociedade de contratos voluntários e tem como fundação a inviolabilidade da

propriedade privada. A ética é um princípio universal de todas as sociedades humanas, sendo perene no tempo e espaço. A partir de certo ponto, contudo, a ética passa a não ser suficiente para abarcar todo o arcabouço de interação humana, sendo utilizada a moral (é algo mutável cultural, geográfica e temporalmente) e a jurisprudência como complemento.

Como garantir a lei e a ordem em uma sociedade sem o poder coercitivo estatal? Os seres humanos são falhos em seus julgamentos e, pior, querem levar vantagem uns sobre os outros, priorizando seus próprios interesses. Sem um estado para regulamentar a vida em sociedade, como seriam cumpridas as leis? Como surgiria um sistema legal? Como poderíamos ter uma sociedade pacífica e funcional? Ora, se o problema advém da própria natureza humana, se existe desconfiança em relação à bondade das pessoas, por qual motivo dar poder a uma porção dessas pessoas resolveria o problema? Se o problema diz respeito à natureza humana, por que um estado, composto por seres humanos, seria a solução?

O juspositivismo estatal gera inconsistências e desperdícios. Por meio dele, o certo e o errado são alterados com uma canetada, indivíduos pacíficos tornam-se criminosos por cometerem crimes sem vítimas e o estado, quando em disputa judicial, torna-se réu em

seus próprios tribunais, sendo julgado com as leis que cria.

Os excessos e abusos inerentes ao sistema legal e jurídico estatal não podem ser corrigidos, pois surgem do próprio ente que diz pretender solucioná-los. O estado é a causa, não a solução. Não há retroalimentação racional em um sistema coercitivo de poder. A solução não pode ser encontrada em seu interior, devendo ser substituído por algo mais racional.

Não faz sentido tentar resolver problemas relativos à natureza humana criando uma casta de humanos privilegiados. Esses indivíduos, agora, mandam nos demais. Seus membros receberam poderes que os outros não possuem.

Outra observação a respeito da crítica previamente apresentada advém de uma confusão. Uma sociedade sem estado não é uma sociedade sem leis, sem hierarquias ou sistema de justiça. Uma sociedade que abole o estado não abole a ética.

Rothbard exemplifica:

“[...] a corretamente celebrada *common law* foi desenvolvida ao longo de séculos por juízes

concorrentes aplicando princípios honrados pelo tempo, em vez de decretos efêmeros do estado. Esses princípios não foram decididos arbitrariamente por nenhum rei ou legislatura; eles cresceram com o passar dos séculos, aplicando princípios racionais — e com frequência libertários — para os casos precedentes. [...]” [1]

E Frédéric Bastia complementa:

“Existência, faculdade, assimilação — em outras palavras: personalidade, liberdade, propriedade — isso é o homem. São dessas três coisas que se pode dizer, à parte de toda sutileza demagógica, que são anteriores e superiores a toda legislação humana. Não é porque os homens fizeram leis que a personalidade, liberdade e propriedade existem. Pelo contrário, é porque personalidade, liberdade e propriedade existem de antemão, que os homens fazem leis. [...]” [2]

Referências do capítulo

[1] ROTHBARD, Murray N. **For a new liberty: the libertarian manifesto**, 2ª edição. Auburn: Ludwig von Mises Institute, 2006, p. 283, tradução nossa.

[2] BASTIAT, Frédéric. **The law**. Auburn. Ludwig von Mises Institute, 2007, p.2, tradução nossa.

Sobre mercado e relações de trabalho

I

Quando decide procurar emprego, um indivíduo indica, frente ao seu tempo livre, preferência pelos frutos de seu trabalho. Por sua vez, o empregador considera os custos e os benefícios envolvidos. Para ele, vale mais a pena contratar um novo funcionário para a empresa do que não contratar. Assim, esse contrato voluntário beneficia ambas as partes. Como os dois participantes retiram mais valor do que colocam na transação, tendo em vista as suas preferências subjetivas, ocorre a troca. Nesse caso, a troca é materializada pelo contrato de trabalho.

A própria natureza humana impõe restrições ao indivíduo. Temos necessidades as quais não podemos deixar de atender. Em essência, todas as nossas decisões sofrem de pressões e barreiras impostas pela nossa própria existência. Isso não quer dizer, contudo, que nenhum ato possa ser realmente voluntário. O caráter voluntário está exatamente na escolha realizada, considerando as pressões e as limitações da existência.

Dadas as circunstâncias impostas pela vida humana, devemos ser livres para escolher a melhor opção dentre as possibilidades que se mostram a nós.

O estado, além de uma entidade não ética, não se mostra como um bom solucionador de problemas, do contrário, ele é muito mais eficaz em criá-los e perpetuá-los. Como exemplo, podemos brevemente mencionar a dinâmica de poder entre as grandes empresas e o poder estatal.

Por meio das barreiras artificiais de entrada, o número de empresas em determinado setor é reduzido, restringindo os benefícios proporcionados pela livre concorrência e dificultando a introdução de novas soluções competitivas. A dinâmica entre grandes empresários e o estado é benéfica para ambos, sendo essa dinâmica muitas vezes denominada “capitalismo”.

Ainda, sindicatos, quando bem utilizados, podem melhorar as condições de trabalho, mas também podem prejudicar os trabalhadores que dizem proteger. Existem inúmeros exemplos nos quais trabalhadores foram prejudicados pelo sindicato que dizia representá-los. A imposição de regras danosas e “acordos” unilaterais provoca, inclusive, a demissão em massa de funcionários. Nenhum trabalhador deveria ser obrigado a participar de

sindicatos nem a participar dos acordos firmados entre os sindicatos e empresas. Cada trabalhador deveria ser o mais livre possível para recusá-los caso se sentisse prejudicado.

II

Creio que um dos maiores mitos que ainda persistem na mente das pessoas seja aquele que relaciona o avanço tecnológico à perda de empregos. Assim como os Ludistas, muitos ainda acreditam no caráter danoso da mecanização. A tecnologia, dizem eles, apresenta uma característica muito negativa para a sociedade: ela rouba os empregos dos mais pobres e menos instruídos, contribuindo, assim, para a manutenção ou aumento da desigualdade.

O avanço tecnológico vivenciado nos últimos 250 anos foi possível pelo contexto favorável de acúmulo de conhecimento e capital, fatos intimamente relacionados com o desenvolvimento do capitalismo. O sistema capitalista fornece os incentivos necessários para a geração de valor em uma sociedade. Por meio de empresas lucrativas, matérias-primas são transformadas em produtos mais elaborados, com valor subjetivo mais elevado. Essas empresas possibilitam a agregação de

valor, beneficiando a sociedade como um todo durante o processo.

Afinal, a evolução tecnológica realmente destrói empregos? A resposta curta é sim. Para responder de maneira mais completa, contudo, precisarei fazer uma análise mais aprofundada sobre a questão.

Analisarei um exemplo famoso: com o uso da eletricidade para a iluminação pública, os trabalhadores que ganhavam a vida acendendo e apagando lamparinas a óleo foram mandados embora. O problema (e o motivo do erro de julgamento que a maioria das pessoas faz) é parar a análise aqui. É inegável que a iluminação pública com energia elétrica é superior à que utiliza óleo. A maior quantidade de energia convertida para o espectro de luz visível resulta em uma melhor iluminação do ambiente. Ademais, a necessidade de ir fisicamente de poste em poste, acendendo-os ou apagando-os, já não mais existe. A pergunta correta deveria ser: para onde foram esses trabalhadores?

Quando o avanço tecnológico eleva a produtividade de um determinado segmento, os componentes menos produtivos (que possibilitam menor agregação de valor) podem ser dispensados, tornando-se disponíveis para atuar onde serão mais úteis. A origem desse processo

remonta a uma época muito anterior à revolução industrial e continua até os dias de hoje.

Chego, então, a uma importante constatação: o capitalismo cria empregos, mas seu avanço os destrói, ao mesmo tempo que cria novos, recomeçando o ciclo. Concluo que a afirmação sobre a tecnologia destruir empregos não está errada, porém, está incompleta. Uma visão mais correta seria pensar a tecnologia como algo que possibilita a realocação da força de trabalho para onde ela se mostra mais necessária.

Acredito que outro mal-entendido surja quando tentamos analisar o futuro que nos espera. As mais recentes décadas se diferenciam não apenas pelo aumento na complexidade das tecnologias disponíveis, mas também por sua velocidade de introdução. Afirmar, então, que a maioria das profissões do futuro ainda não existe, não me parece um absurdo. A maior parte das crianças de hoje provavelmente trabalhará em profissões que ainda não foram inventadas. Tentar medir o futuro com a régua do presente não faz muito sentido, não sendo boa fundamentação argumentativa. As profissões do presente fariam tanto sentido para alguém do início do século passado como as profissões do futuro farão para nós.

Mesmo que exista a possibilidade de, no distante futuro, ocorrer a extinção de absolutamente todos os empregos, essa situação ainda não representaria um problema tão grave quanto possa parecer à primeira vista.

No futuro, o trabalho poderá ser 100% opcional. Talvez nos tornemos livres para fazer aquilo que tivermos vontade. Não mais seria necessário passar uma parte significativa do dia trabalhando, uma máquina poderia fazer isso por você. Essas máquinas poderiam ser de sua propriedade. Noto que não seria o fim das fontes de renda, mas uma realocação de recursos com o intuito de aumentar a produtividade geral e continuar possibilitando a agregação de valor.

Para deixar mais claro meu ponto, recorrerei a uma famosa anedota envolvendo, possivelmente, o economista Milton Friedman. Certa vez, Friedman recordou-se de ter visitado um país asiático na década de 60. Chegando em um canteiro de obras de um canal, ficou chocado ao ver que, em vez de utilizarem equipamentos modernos, os trabalhadores estavam utilizando pás. Ao perguntar o motivo de haver tão poucas máquinas, foi informado que a construção fazia parte de um programa para gerar empregos. Friedman então perguntou: “Se o seu objetivo são os empregos, porque em vez de pás não os dá colheres?” Verdade ou não, essa história exemplifica a

raiz do problema: se não houver a realocação de recursos para um arranjo mais eficiente, a sociedade como um todo perderá, às vezes, sob a alegação da impossibilidade de se prejudicar esse ou aquele tipo de trabalhador.

O mercado de trabalho apresenta-se em transformação constante, o que requer novas habilidades de seus participantes. A velocidade crescente das transformações pressiona de maneira desigual os indivíduos. A desigualdade de oportunidade, no entanto, é algo intrínseco a condição humana, não sendo possível eliminá-la.

O problema não está no processo de transição, mas nas barreiras e limitações artificiais que o restringem. Os detentores do poder creem ser os iluminados que nos guiarão ao perfeito futuro. Suas ações, no entanto, apenas tornam o processo, que já não era indolor, em algo extremamente danoso, principalmente aos mais pobres.

O processo de transição nunca é indolor, mas o avanço humano é incoercível, mostrando-se uma relação complexa entre causas e efeitos, tendo qualquer tentativa de controlá-lo a característica de ser significativamente danosa e prepotente. Em nossa realidade, a liberdade aparece como a melhor forma de proteção.

O progresso tecnológico fortalece o capitalismo, ao mesmo tempo que é fortalecido por ele. O papel principal do capitalismo nessa relação é o de criar um ambiente favorável, contendo incentivos diversos. O que faz a sociedade se desenvolver não é a manutenção de processos ineficientes, mas o acúmulo de capital e a crescente geração de valor, apenas possíveis por meio do avanço tecnológico; tendo como lastro o sistema capitalista puro; de livre mercado.

Sobre democracia e legitimidade

I

Em um mundo altamente politizado, não há meio mais eficaz de se fazer inimigos que dizer a verdade.

Um dos argumentos mais comuns utilizados pelos defensores do estado tem relação à legitimidade dos atos governamentais. Esse argumento assume várias faces, contudo, analisadas calmamente, vemos que tratam da mesma linha argumentativa.

Existe a ideia, embasada pelos escritos de filósofos e intelectuais, do estado ser algo criado por meio do consentimento; suas ações se baseando na vontade geral. A verdade não é tão agradável quanto possa parecer. As leis estatais positivadas são sancionadas e impostas aos indivíduos. Impostos são criados e seus montantes decididos unilateralmente. Os agentes estatais decidem com qual parte da sua riqueza você poderá permanecer e qual eles têm o “direito” de pegar para si.

A ideia de consentimento é de extrema importância para passar a ideia de legitimidade (e de liberdade) aos indivíduos dominados. Em tempos recentes, criou-se a

falácia da escolha da maioria, sem mostrar que, na verdade, somos livres para decidir entre as opções já previamente escolhidas.

Não somos livres para escolher nossos representantes (para a presente discussão, deixarei de lado o fato da noção de representatividade política conter graves falhas), mas escolher o que melhor nos representa dentre as poucas opções disponíveis. Muitos dos agentes do estado, diga-se de passagem, nem passam por essa dinâmica de escolha.

O processo democrático raramente materializa a opinião da maioria, além de gerar instabilidades desnecessárias e reduzir o crescimento econômico potencial, devido ao caráter temporário inerente às suas medidas e decisões.

Vamos a um exemplo: supondo haver um processo eleitoral com 4 candidatos (X, Y, Z e T), e que a proporção de votos ao final do primeiro turno tenha sido a seguinte:

X: 40%

Y: 30%

Z: 20%

T: 10%

Nesse cenário, os candidatos X e Y foram ao segundo turno. Os resultados finais foram os seguintes:

X: 55%

Y: 45%

Com a vitória do candidato X, podemos dizer que a escolha foi da maioria? Podemos realmente dizer que o povo teve a liberdade para escolher seu representante? Fica claro, mesmo com esse simples exemplo, que a maioria dos eleitores não elegeria o candidato X caso existissem outras possibilidades de escolha. Nesse exemplo, não foram utilizados os conceitos de votos brancos e nulos, nem idade mínima para voto, contudo, caso somássemos todos esses indivíduos aos que votaram no adversário derrotado, poderíamos dizer que o resultado se tratou da decisão da maioria?

Aqui não se trata da decisão tomada ter sido um ato voluntário, realmente foi, mas esse poder é legítimo Pergunto ao leitor: podemos dar a alguém algo que não possuímos? Posso dar a você algo que eu não tenho? Para bens físicos a resposta é automática: não. Para algo intangível, no entanto, podemos ficar momentaneamente em dúvida. Se, por exemplo, eu não tenho o direito de

fazer algo, posso transferir esse direito para outra pessoa? Parece-me que não. Como pode, então, a democracia se basear nesse princípio? Como pode o eleitor conferir poderes a certos indivíduos se o próprio eleitor não os possui? O que foi transferido além de falsa legitimação?

Ainda, mesmo que houvesse um resultado que expressasse a vontade da maioria, por qual motivo esse resultado deveria ser imposto a mim, se todos devem possuir os mesmos direitos? Por que outras pessoas têm o direito de decidir por mim o que posso ou não fazer dentro do fundamento e ético? Por que deveria ser agredido caso desrespeitasse uma regra ilegítima imposta a mim, sem que eu mesmo tenha agredido ninguém? A tal vontade da maioria é utilizada para impor a todos aqueles que não votaram no candidato vencedor a obrigação de obedecer seus decretos e aceitar suas decisões.

Uma observação: libertários consistentes não votam, pois percebem que estão utilizando um aparato violento para tentar alcançar liberdade; mesmo que seja sob o pretexto do menos pior. Libertários que se candidatam são ainda piores, pois se tornam parte de um sistema opressor, enquanto dizem estar sob a bandeira da liberdade. Dizem querer lutar pela liberdade e o respeito à propriedade privada, enquanto ganham um salário derivado de impostos e suas decisões têm peso de lei.

Libertários consistentes não participam da vida política, pois percebem que nela está uma das raízes do problema que dizem combater.

Um fenômeno humano interessante é o da projeção. Por meio dele, projetamos em outras pessoas os nossos medos, necessidades, esperanças e até a nossa razão de ser. Infelizmente, a classe política utiliza esse fenômeno para benefício próprio.

No meio político existem incentivos para apontar problemas, quando na oposição, e maquiagem soluções, quando na situação. O incentivo maior é para a perpetuação dos problemas existentes, pois, caso fossem resolvidos, não mais poderiam ser utilizados para acumular o mesmo nível de capital político.

O candidato eleito desfaz as medidas de seu antecessor, gerando instabilidades desnecessárias. O próximo a ocupar o cargo poderá fazer a mesma coisa, ou tentar ganhar votos renomeando o já existente. Política é a arte da mentira. Uma disputa doentia e interminável por poder sempre crescente.

O ideal de liberdade na democracia é você poder escolher aquele que terá o direito de controlar partes importantes da sua vida, sem existir a opção de fazer isso

você mesmo. Implicitamente, o sistema indica que você não é capaz de se autogovernar, mas capaz de escolher alguém que sabe o que é melhor para você. Você não é capaz de fazer boas escolhas para a sua vida, mas tem capacidade para escolher aquele que sabe.

Muitos indivíduos, em suas análises referentes à democracia, culpam os eleitores por esses não “saberem votar” ou por “não terem votado direito”, contudo, os eleitores sempre estarão presos à lógica restritiva do sistema.

II

Defensores do estado frequentemente utilizam analogias com contratos voluntários. Dito de outra maneira: comparações entre um estado e um condomínio ou entre o governo e um senhorio. Aqueles que fazem essa relação não percebem a disparidade presente entre essas dinâmicas. Assim como os economistas devem tomar cuidado quando exploram a realidade por meio dos seus modelos (entendendo que, por serem modelos, as conclusões não podem ser automaticamente transportadas ao mundo real), devemos tomar cuidado com analogias. O uso de analogias facilita certos entendimentos, mas devemos tomar cuidado ao utilizá-las

como justificativa para uma determinada ação ou legitimar certa situação.

Uma das mais comuns justificativas para imposto não ser considerado roubo se apresenta mais ou menos assim: você tem a permissão de estar nesse país e você concordou com isso. Você paga uma certa quantia para ter direito a certos serviços, como em um condomínio. Caso não concorde, é só ir embora. Existem diversos problemas com analogias desse tipo, como exemplo:

- As analogias utilizadas geralmente pressupõem a existência de um contrato escrito, ou um acordo explícito entre as partes interessadas, algo que não existe em uma relação estatal;

- Para a realização do acordo ou aceitação do contrato, você, conscientemente e sob informações verdadeiras, tomou certas decisões. Em uma relação estatal, algo como o seu nascimento serve como justificativa, o que é absurdo sob qualquer aspecto.

- A afirmação da sua permanência em um país indicar concordância para com as decisões do estado não deveria ser encarada com seriedade. Em outras ocasiões, tornar-se-ia evidente que o mero ato de você permanecer em um

determinado local não é indicativo de aceitação nem demonstra ser correto o que está sendo feito com você.

Suponha que o dono do imóvel alugado por você se endivide e passe a te cobrar taxas cada vez mais absurdas para compensar as perdas. Em um determinado momento, o montante é tão absurdo que você decide ir embora. Ignorando a provável quebra de contrato entre as partes (devido ao aluguel com montante flutuante), como essa situação se diferencia das relações entre o estado e o indivíduo? Podemos chegar mais perto da resposta por meio de outra pergunta: como o estado adquire suas propriedades?

Propriedade legítima se consegue por meio do primeiro uso, criação por elementos sem prévio dono ou troca voluntária. O estado adquire bens por meio da força, obrigando a abdicação do direito alheio de propriedade. Ninguém deve ser obrigado a vender seus bens, sair de sua casa e mudar seu meio de vida para não ser obrigado a seguir as regras destrutivas e sem sentido impostas por agentes estatais. Ao estado não legitimamente pertencem as extensões de terra que diz possuir, muito menos os corpos e as vidas dos indivíduos que nelas habitam. Qualquer uma dessas comparações torna-se, então, inválida.

Traídos pela confiança

Gostamos de pensar que nossa visão de mundo é a correta. Que estamos certos em nossas observações e julgamentos, mas quanto do que achamos saber realmente é verdade? Quando passamos a pensar o que pensamos? O que está por trás de nossas opiniões e como foram moldadas?

Manipular a opinião de terceiros é uma prática tão antiga quanto a própria civilização. A adulteração dos fatos apresenta diversas vantagens para seus criadores. Seja para fins bélicos, religiosos, financeiros ou, simplesmente, para construir a própria imagem e agradar o ego, todos os motivos têm uma razão comum: a tentativa de conseguir apoio com o intuito de favorecer interesses pessoais. Na política, por exemplo, é prática comum retratar o lado oposto como algo ruim ou moralmente inferior. Quanto pior foi o seu oposto, melhor você será. Dizem: “coisas ruins acontecerão se você der poder àquelas pessoas, então dê poder a mim.”

De fato, existem muito mais semelhanças do que diferenças entre os diferentes movimentos e partidos políticos. Analisados, todos pedem por intervenções do

estado na vida de indivíduos pacíficos, diferenciando apenas o nível aceitável dessa intervenção. Em essência, apenas se diferenciam uns dos outros pelo nível que determinam aceitável de violência e violação ética. A real divisão de nosso mundo está entre individualistas e coletivistas. Entre os que respeitam o estado ou respeitam o indivíduo. Qualquer outra divisão no cenário político não passa de superficial.

Manipular é uma arte, apresentando diversas nuances e opções de escolha. Algumas são melhores que outras. A manipulação com mentiras é algo mais fácil de desmascarar. Caso um jornal noticie um ato inverídico cometido por uma figura pública, dependendo do grau, fica fácil desmentir a notícia e o veículo de informação perde credibilidade.

Preferível é a manipulação da opinião pública de maneira mais discreta. Uma das alternativas recorre às meias-verdades. Quando se manipula utilizando apenas preposições verdadeiras, a narrativa torna-se mais difícil de perceber, pois requer do espectador um conhecimento mais aprofundado sobre o tema em questão.

Vejamos um exemplo: caso seja desejável estabelecer uma relação entre algo ruim e uma determinada pessoa, de modo a agredir sua reputação, pode-se realizar uma

análise parcial das causas e dos efeitos envolvidos, omitindo o que não é relevante para a narrativa. Caso a pessoa tenha uma parcela de culpa na situação, fica ainda mais fácil; bastando omitir as outras causas e, mesmo que não seja dito explicitamente que A causou B, essa associação começa a tomar forma na mente do público.

Uma variação pode ser percebida quando se atenta ao tratamento infantil dado a um certo grupo de pessoas. Se uma determinada situação apenas se materializa devido às escolhas de diversos indivíduos, mas apenas aquilo que foi feito pelo alvo do ataque interessa para a narrativa, a capacidade alheia de pensar fica em segundo plano. Todos os erros de julgamento deixam a totalidade dos envolvidos e se transportam para o indivíduo-alvo.

Outra variação envolve o uso de fotografias. Utilizando ângulos específicos e jogando com perspectivas, mostra-se apenas parte do fato, sendo esse tipo caracterizado como outra forma de manipulação utilizando verdades. Como não mostra o contexto e não provê uma boa base de comparação, acaba afunilando as informações que chegam até o público. A indução ocorre não por uma mentira contada, mas pela percepção construída pelo consumidor da notícia.

Outro método muito utilizado de manipulação utiliza o apelo emocional. Para aumentar o poder de convencimento, são contadas histórias tristes e o drama de alguns indivíduos, podendo, inclusive, insinuar que o todo é representado por essas partes.

Serem humanos geralmente têm preferência pelo que é conhecido. Tendemos a beneficiar aquilo que é familiar a nós. A repetição induz esse efeito. Se quisermos convencer o público a aceitar uma medida impopular, temos várias opções de ação. Uma delas é exatamente a repetição. Como disse Joseph Goebbels: “Uma mentira contada mil vezes torna-se uma verdade”. Se algo é falado apenas uma vez, não terá o mesmo efeito de algo repetido todos os dias. A repetição dá força às narrativas. O apelo às emoções do espectador/ouvinte também se mostra relevante nesse cenário, podendo ser utilizado como complemento.

Ainda temos a parcialidade. Podemos chamar essa conduta de “crítica seletiva”. Não importa o que está sendo feito, mas quem o está fazendo. No fim, não passam de opiniões disfarçadas. Juízo de valor rotulado como imparcialidade.

Atualmente, é possível embasar opiniões diametralmente opostas com as fontes existentes no

oceano de informação disponível para nós. Embasamento, contudo, não é atestado de veracidade. Dito isso, nenhuma fonte é 100% confiável.

Aconselho ao leitor tentar se informar por múltiplas fontes e, principalmente, refletir sobre o que lhe for apresentado. Para uma melhor base comparativa, não se esqueça do passado. Veja como a narrativa é alterada com o passar do tempo. Sempre desconfie de previsões apocalípticas e fique mais atento ao sensacionalismo. Não deposite a sua confiança naquele que diz ter a solução para todos os problemas. Esteja ciente que, para muitas pessoas, a verdade é menos importante do que a narrativa; que muito do que achamos ser verdade não passa de uma opinião. Por fim, tenha em mente que muitas informações que recebemos apresentam, escondidas dentro de si, profundos conflitos de interesse e uma disputa antiética por poder.

Considerações finais

I

A elite se formou quando um grupo de indivíduos conseguiu, pela força, tomar para si o controle da vida privada, mas apenas se perpetuou quando conseguiu corromper a natureza humana para benefício próprio. As razões psicológicas do surgimento do estado também fazem parte da natureza humana, porém, a sistematização e institucionalização dessa parcela da natureza tem capacidade de suplantar as demais, tomando-as sob seu controle. Para a humanidade traçar o caminho da liberdade, deve, primeiramente, reconhecer que sua natureza foi utilizada como arma contra os próprios indivíduos, devendo essa consciência dar origem a sistemas que dificultem ao máximo que esse processo se perpetue.

A natureza humana é multifacetada e contraditória entre suas partes, assim como emoções e sentimentos podem ter caráter construtivo ou destrutivo. A redução da parte destrutiva, com o conseqüente estímulo da parte construtiva, torna possível plantar as sementes de uma sociedade livre e capaz de explorar o verdadeiro potencial humano.

A falta de perspectiva em relação ao passado pode conduzir a uma visão simplista do presente, com efeitos potencialmente destrutivos. Apenas uma geração tem poder para destruir o que necessitou de várias para ser construído. Destruir é muito mais fácil que construir.

A realidade, como se apresenta para nós, não é real; ela foi meticulosamente construída pela classe dominante ao longo da evolução histórica humana. Nossa visão de mundo é infectada por ideias de submissão desde muito cedo em nossas existências. A classe dominante investiu muito tempo e muitos recursos para a construção e manutenção desse sistema, sendo difícil sua substituição por uma sociedade baseada no respeito aos direitos individuais.

Ser capaz de quebrar uma mentalidade tão bem estabelecida e enraizada não é tarefa fácil, mas há esperança. Para dificultar sua volta, a mentalidade precisa encontrar sua base na cooperação humana, para a criação de um sistema resiliente aos indivíduos em busca de poder que, invariavelmente, tenderão a surgir.

O estado não acaba quando o último político for executado e todas as suas estruturas desmanteladas. O estado acaba quando todos que nele estão o fazem porque querem. Quando o direito de escolha de como ser

governado, ou de não ser governado, é respeitado. Se o estado inicia no ponto onde ocorre a sistematização da coerção, termina no ponto onde ocorre a sistematização do consentimento.

Mesmo que esse dia nunca venha a se materializar, a luta pelo correto nunca deve ser abandonada. A luta contra os males que nos afligem não deve cessar pela impossibilidade da criação de uma sociedade perfeita, afinal, mesmo quando os objetivos forem ideias, a defesa de violações ética não pode ser justificada.

Diante de uma ameaça tão poderosa, de um inimigo tão maior que nós mesmos, perder a esperança é algo natural. Não o faça, no entanto, pois se o fizer, apenas conferirá mais poder à classe dominante. É exatamente essa estratégia de dominação que a tornou tão poderosa. A quebra do ciclo inicia pelo indivíduo, inicia por você, por cada um que percebe, na liberdade humana, um futuro melhor. Continuar no sistema que critica só o reforça. Continuar por conveniência não o legitima, mas também não o supera. Apenas os humanos poderão corrigir os erros da lógica atual. Mesmo não sendo tarefa fácil, a recompensa é proporcional ao desafio.

II

Aliando-se a outros humanos, o ser ganha força. A capacidade humana de criação é estendida por meio da cooperação entre os integrantes da espécie. Viver em sociedade é benéfico. Não há nada de errado em pensar no bem alheio. Não há mal algum em se importar com o bem-estar da comunidade a qual você pertence. É saudável. Proporciona boa sensação de pertencimento e cria um ambiente de responsabilidade mútua. O problema começa quando a “vontade coletiva” adquire permissão, fundamentada na mentalidade dos seres agentes, para subverter direitos individuais invioláveis. Quando o viver em sociedade passa a significar opressão em vez de libertação. Quando a vida em meio ao coletivo torna-se refém do coletivismo.

A divisão da sociedade em grupos desumaniza o ser. Passamos a caracterizar o indivíduo, possuidor de infinitas nuances, com base em nossas visões pré concebidas acerca de um ou dois conceitos. Não poderia estar mais errado aquele que rotula o indivíduo e o diminui como ser agente, pensando que está aumentando sua autonomia e liberdade. Um erro comum em muitos movimentos sociais.

III

A legitimidade do estado advém de uma ilusão coletiva presente na sociedade que o fundamenta, ao passar por rápida análise, contudo, mostra-se muito menos sólida do que à primeira vista se imaginava.

Um escravo que se vê como um ser livre, não lutará para abolir o sistema que o oprime, do contrário, lutará para perpetuá-lo.

A informação dá forma ao conhecimento. O conhecimento compõe a mentalidade. A mentalidade fundamenta a ordem social vigente. O caminho rumo à liberdade está, então, definido.

